

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de dezembro de 2014

*fevereiro de 2015
Este relatório contém 83 páginas*

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras consolidadas
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 5
	Balanço 6
	Demonstração das alterações no capital próprio 7
	Demonstração dos fluxos de caixa 8
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
II.1	Políticas contabilísticas 9
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 20
II.3	Segmentos Operacionais 23
II.4	Notas à demonstração dos resultados consolidados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 25
Nota 2	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 27
Nota 3	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 27
Nota 4	Variação da provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 29
Nota 5	Custos e gastos de exploração líquidos 30
Nota 6	Rendimentos 31
Nota 7	Gastos financeiros 32
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 32
Nota 9	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 32
Nota 10	Diferenças de câmbio 33
Nota 11	Imparidade de outros ativos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões 33
Nota 12	Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro 33
Nota 13	Custos e gastos por natureza a imputar 34
II.5	Notas ao balanço consolidado
Nota 14	Caixa e seus equivalentes 35
Nota 15	Ativos financeiros detidos para negociação 35
Nota 16	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas 36
Nota 17	Ativos financeiros disponíveis para venda 37
Nota 18	Empréstimos e contas a receber 37
Nota 19	Investimentos a deter até à maturidade 38
Nota 20	Terrenos e edifícios de rendimento 39
Nota 21	Outros ativos tangíveis 39
Nota 22	Goodwill e outros ativos intangíveis 40
Nota 23	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 41

		<u>Pág.</u>
Nota 24	Benefícios a empregados	43
Nota 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	47
Nota 26	Impostos correntes e Impostos diferidos	48
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	50
Nota 28	Outros passivos financeiros	50
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	50
Nota 30	Acréscimos e diferimentos	50
Nota 31	Outras provisões	51
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado	
Nota 32	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	51
II.7	Informação adicional por Segmentos operacionais	
Nota 33	Conta técnica Não Vida por ramo	54
Nota 34	Conta técnica Vida por produto	55
II.8	Outras notas	
Nota 35	Transações com partes relacionadas	56
Nota 36	Ativos sob gestão	57
Nota 37	Gestão de riscos	58
Nota 38	Justo valor	73
Nota 39	Passivos contingentes e compromissos	74
Nota 40	Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	75
Nota 41	Impacto da transação não vida	76
Nota 42	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	77
Nota 43	Normas contabilísticas recentemente emitidas	77
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

I Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos resultados consolidados

					Eur				
	Notas	2014				2013			
		Vida	Não vida (*)	Não técnica	Total	Vida	Não vida	Não técnica	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1	803.548.098	107.743.044	-	911.291.142	593.632.031	208.165.772	-	801.797.803
Prêmios brutos emitidos		826.576.219	135.950.569	-	962.526.788	619.713.526	250.925.606	-	870.639.132
Prêmios de resseguro cedido		(23.028.121)	(21.926.419)	-	(44.954.540)	(26.081.495)	(39.285.481)	-	(65.366.976)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		-	(7.497.144)	-	(7.497.144)	-	(4.414.655)	-	(4.414.655)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	1.216.038	-	1.216.038	-	940.302	-	940.302
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	34.970.959	-	-	34.970.959	62.982.600	-	-	62.982.600
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(853.752.643)	(75.513.259)	-	(929.265.902)	(835.018.125)	(146.638.883)	-	(981.657.008)
Montantes pagos		(859.043.505)	(73.690.048)	-	(932.733.553)	(814.072.616)	(143.366.055)	-	(957.438.671)
Montantes brutos		(873.380.947)	(79.735.191)	-	(953.116.138)	(827.700.399)	(151.199.698)	-	(978.900.097)
Parte dos resseguradores		14.337.442	6.045.143	-	20.382.585	13.627.783	7.833.643	-	21.461.426
Provisão para sinistros (variação)		5.290.862	(1.823.211)	-	3.467.651	(20.945.509)	(3.272.828)	-	(24.218.337)
Montantes brutos		3.140.770	(968.788)	-	2.171.982	(20.602.815)	(3.362.843)	-	(23.965.658)
Parte dos resseguradores		2.150.092	(854.423)	-	1.295.669	(342.694)	90.015	-	(252.679)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-	296.899	-	296.899	-	(250.555)	-	(250.555)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	68.307.270	-	-	68.307.270	268.942.081	-	-	268.942.081
Montante bruto		68.221.006	-	-	68.221.006	268.870.488	-	-	268.870.488
Parte dos resseguradores		86.264	-	-	86.264	71.593	-	-	71.593
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(17.754.585)	(175.325)	-	(17.929.910)	(40.289.647)	(395.608)	-	(40.685.255)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(63.232.868)	(23.200.241)	-	(86.433.109)	(64.881.675)	(46.123.105)	-	(111.004.780)
Custos de aquisição		(55.383.677)	(18.721.950)	-	(74.105.627)	(55.874.525)	(35.569.139)	-	(91.443.664)
Custos de aquisição diferidos (variação)		-	790.660	-	790.660	-	468.013	-	468.013
Gastos administrativos		(15.864.723)	(11.504.661)	-	(27.369.384)	(19.189.721)	(22.745.541)	-	(41.935.262)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		8.015.532	6.235.710	-	14.251.242	10.182.571	11.723.562	-	21.906.133
Rendimentos	6	135.027.298	2.446.675	6.726.900	144.200.873	144.235.101	4.504.156	9.731.442	158.470.699
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		135.027.298	2.446.675	6.726.900	144.200.873	144.235.101	4.504.156	9.731.442	158.470.699
Gastos financeiros	7	(12.662.499)	(398.201)	(335.038)	(13.395.738)	(15.772.951)	(1.045.117)	(404.618)	(17.222.686)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(12.662.499)	(398.201)	(335.038)	(13.395.738)	(15.772.951)	(1.045.117)	(404.618)	(17.222.686)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	9.557.248	(101.079)	17.152.089	26.608.258	19.712.055	57.391	3.518.391	23.287.837
De ativos disponíveis para venda		11.256.106	(101.079)	10.998.969	22.153.996	19.714.924	57.391	3.517.368	23.289.683
De investimentos a deter até à maturidade		(1.698.858)	-	(20.815)	(1.719.673)	(2.869)	-	1.023	(1.846)
Outros		-	-	6.173.935	6.173.935	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	9	322.279	40.268	4.866	367.413	(3.252.842)	117.546	1.137.712	(1.997.584)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		85.340.887	-	-	85.340.887	124.275.910	-	-	124.275.910
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(85.018.608)	40.268	4.866	(84.973.474)	(127.528.752)	117.546	1.137.712	(126.273.494)
Diferenças de câmbio	10	(158.916)	-	-	(158.916)	75.119	-	-	75.119
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(30.543.341)	-	(410.412)	(30.953.753)	(17.308.016)	-	(926.478)	(18.234.494)
De ativos disponíveis para venda		(16.575.100)	-	-	(16.575.100)	(5.625.901)	-	-	(5.625.901)
De investimentos a deter até à maturidade		(13.968.241)	-	(167.988)	(14.136.229)	(11.682.115)	-	(139.641)	(11.821.756)
De outros		-	-	(242.424)	(242.424)	-	-	(786.837)	(786.837)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(20.746.974)	97.506	-	(20.649.468)	(21.865.271)	122.478	-	(21.742.793)
Outras provisões (variação)	11	-	-	-	-	-	-	150.000	150.000
Outros rendimentos/gastos	12	-	-	(680.143)	(680.143)	-	-	3.003.545	3.003.545
Resultado líquido antes de impostos		52.881.326	11.236.287	22.458.262	86.575.875	91.190.460	18.514.075	16.209.994	125.914.529
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	-	(29.640.771)	(29.640.771)	-	-	(43.621.879)	(43.621.879)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	-	4.554.017	4.554.017	-	-	602.977	602.977
Resultado líquido do exercício		52.881.326	11.236.287	(2.628.492)	61.489.121	91.190.460	18.514.075	(26.808.908)	82.895.627

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral consolidado

	Eur	
	2014	2013
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	221.475.853	90.684.847
Impostos correntes e diferidos	(61.939.879)	(28.215.271)
Impacto da transação Não Vida (*)	(6.173.935)	-
	<u>153.362.039</u>	<u>62.469.576</u>
Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(100.961.910)	(3.010.369)
Impostos correntes	<u>29.723.556</u>	<u>948.266</u>
	<u>(71.238.354)</u>	<u>(2.062.103)</u>
	<u>82.123.685</u>	<u>60.407.473</u>
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(1.573.867)	(1.607.102)
Impacto da transação Não Vida (*)	<u>6.162.628</u>	<u>-</u>
	<u>4.588.761</u>	<u>(1.607.102)</u>
Total do outro rendimento integral	<u>86.712.446</u>	<u>58.800.371</u>
Resultado líquido do exercício		
Resultado líquido do exercício	55.315.186	82.895.627
Impacto da transação Não Vida (*)	<u>6.173.935</u>	<u>-</u>
	<u>61.489.121</u>	<u>82.895.627</u>
Total de rendimento integral do ano	<u>148.201.567</u>	<u>141.695.998</u>

(*) Para informação adicional, ver nota 41

Balanço consolidado

			<i>Eur</i>
	Notas	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	127.968.084	260.222.845
Ativos financeiros detidos para negociação	15	155.418.929	189.374.495
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	4.802.041.400	5.072.840.751
Ativos disponíveis para venda	17	4.346.823.058	4.630.976.654
Empréstimos e contas a receber	18	497.141.340	472.198.695
Outros depósitos		497.141.340	472.198.695
Investimentos a deter até à maturidade	19	541.018.989	623.044.374
Terrenos e edifícios	20	3.244.849	3.428.341
Outros ativos tangíveis	21	1.755.021	1.354.261
Inventários		-	18.650
Goodwill	22	247.487.477	315.740.469
Outros ativos intangíveis	22	148.130.093	169.114.777
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	3.556.850	19.227.377
Provisão para prémios não adquiridos		-	8.575.979
Provisão matemática do ramo vida		927.372	841.108
Provisão para sinistros		2.629.478	9.810.290
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	35.908.082	26.482.419
Contas a receber por operações de seguro direto		10.182.314	17.194.939
Contas a receber por outras operações de resseguro		29.995	6.111.673
Contas a receber por outras operações		25.695.773	3.175.807
Ativos por impostos	26	34.982.545	38.106.468
Ativos por impostos (e taxas) correntes		24.728.015	26.829.612
Ativos por impostos diferidos		10.254.530	11.276.856
Acréscimos e diferimentos		60.620	2.161.964
		10.945.537.337	11.824.292.540
Provisões técnicas	23	4.366.626.125	4.471.475.701
Provisão para prémios não adquiridos		-	39.746.737
Provisão matemática do ramo vida		4.179.479.945	4.221.210.800
Provisão para sinistros		53.362.531	157.235.261
De vida		53.362.531	56.503.401
De acidentes de trabalho		-	22.263.715
De outros ramos		-	78.468.145
Provisão para participação nos resultados		133.783.649	47.798.369
Provisão para desvios de sinistralidade		-	478.207
Provisão para riscos em curso		-	5.006.327
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.463.646.785	5.616.776.023
Outros passivos financeiros	28	127.493.160	14.302.060
Passivos subordinados		120.000.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores		7.493.160	14.302.060
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	2.285.092	4.785.011
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	73.590.793	189.275.111
Contas a pagar por operações de seguro direto		12.627.169	24.221.200
Contas a pagar por outras operações de resseguro		2.559.319	9.535.571
Contas a pagar por outras operações		58.404.305	155.518.340
Passivos por impostos e taxas	26	66.828.820	65.505.766
Passivos por impostos (e taxas) correntes		24.805.801	13.941.247
Passivos por impostos diferidos		42.023.019	51.564.519
Acréscimos e diferimentos	30	2.727.334	11.236.473
Outras Provisões	31	4.049.126	7.731.836
Total passivo		10.107.247.235	10.381.087.981
Capital		775.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		53.328.288	(58.598.994)
Reserva por impostos diferidos e correntes		(44.220.734)	(14.417.137)
Outras reservas		15.424.968	(1.220.355)
Resultados transitados		(22.733.916)	434.543.043
Resultado do exercício		61.489.121	82.895.627
Total capital próprio	32	838.290.102	1.443.204.559
Total passivo e capital próprio		10.945.537.337	11.824.292.540
Resultados por ação		0,4	0,4

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado

	Eur							
		Reservas de reavaliação						
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Balanço a 31 de dezembro 2012	1.000.002.375	(146.273.472)	12.849.868	(133.423.604)	(472.318)	381.221.044	94.181.064	1.341.508.561
Transferência de resultados	-	-	-	-	370.370	93.810.694	(94.181.064)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	90.684.847	(28.215.271)	62.469.576	-	-	-	62.469.576
Participação nos resultados a atribuir	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	(2.062.103)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(1.118.407)	(488.695)	-	(1.607.102)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.895.627	82.895.627
Balanço a 31 de dezembro 2013	1.000.002.375	(58.598.994)	(14.417.137)	(73.016.131)	(1.220.355)	434.543.043	82.895.627	1.443.204.559
Transferência de resultados	-	-	-	-	12.056.562	70.839.065	(82.895.627)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	221.475.853	(61.939.879)	159.535.974	-	-	-	159.535.974
Participação nos resultados a atribuir	-	(100.961.910)	29.723.556	(71.238.354)	-	-	-	(71.238.354)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(1.573.867)	-	-	(1.573.867)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(345.000.000)	-	(345.000.000)
Redução de capital	(225.000.000)	-	-	-	-	-	-	(225.000.000)
Impacto da transação Não Vida	-	(8.586.661)	2.412.726	(6.173.935)	6.162.628	(183.116.024)	6.173.935	(176.953.396)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.315.186	55.315.186
Balanço a 31 de dezembro 2014	775.002.375	53.328.288	(44.220.734)	9.107.554	15.424.968	(22.733.916)	61.489.121	838.290.102

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	Eur	
	2014	2013
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	61.489.121	82.895.627
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	22.557.083	23.700.173
Variação nas provisões técnicas	(104.849.576)	(203.858.088)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(153.129.238)	(170.015.767)
Variação de provisões	(3.682.710)	2.437.039
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	15.670.527	(759.216)
Imparidade de ativos disponíveis para venda	16.575.100	5.625.901
Imparidade de imóveis de rendimento	-	1.020.746
Imparidade de ativos a deter até à maturidade	14.136.229	11.821.756
Imparidade de outros ativos	242.424	(233.909)
Variação nos impostos ativos / passivos	4.446.977	(56.570.926)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	33.955.566	20.205.779
Empréstimos concedidos e contas a receber	(24.942.645)	39.495.975
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(9.668.087)	1.246.570
Outros ativos e passivos	(10.481.581)	(3.342.283)
Empréstimos subordinados	120.000.000	-
Outros passivos financeiros	(6.808.900)	816.524
Outros credores por operações de seguros e outras operações	(115.684.318)	141.589.872
	(140.174.028)	(103.924.227)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	270.799.351	433.314.320
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	349.702.182	(230.369.590)
Variações nos investimentos a deter até à maturidade	67.889.156	62.979.253
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	72.644.602	(1.080.607)
	761.035.291	264.843.376
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(345.000.000)	(40.000.000)
Redução de capital	(225.000.000)	-
Impacto da transação Não Vida nos resultados transitados	(183.116.024)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	(132.254.761)	120.919.149
Caixa e equivalentes no início do período	260.222.845	139.303.696
Caixa e equivalentes no final do período	127.968.084	260.222.845

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma Sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%). A sede situa-se na Avenida Dr. Mário Soares, Edifício 10, Porto Salvo.

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

Em 23 de junho de 2014, no seguimento duma deliberação do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das suas ações na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e na Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, ambas integralmente detidas. Tendo em conta que esta transação correspondeu à distribuição integral das ações das referidas Companhias, e que as mesmas são controladas pela mesma entidade antes e depois da distribuição, este dividendo em espécie foi mensurado ao valor de balanço das ações distribuídas, pelo montante de Euro 176.942.089. Deste modo, a partir de 30 de junho de 2014, aquelas Companhias deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas incluem os resultados e os *cash-flows* dessas entidades relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014. Os impactos desta transação (seguidamente designada de “Transação Não-Vida”) nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados com maior detalhe na nota 41.

Adicionalmente, em junho de 2014, tendo em vista a otimização da gestão do capital, a Sociedade reduziu o capital social pelo montante de Euro 225.000.0000, permitindo um retorno aos seus accionistas pelo mesmo montante (ver nota 40).

Em dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos, por meio de reservas livres, no valor de Euro 280.000.000.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, excepto como referido na nota 43, que descreve os impactos da adoção, em 2014, das normas contabilísticas emitidas pelo IASB e das interpretações do IFRIC, efectivas desde 1 de janeiro de 2014. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas descritas nesta nota, foram alteradas em concordância. A adoção destas novas normas e interpretações não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, excepto nos casos em que o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. O passivo relativo às responsabilidades com o plano de benefício definido são reconhecidos como o valor actual das responsabilidades desse plano, líquidas do valor do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Bases de consolidação

Desde 1 de janeiro de 2010, o Grupo aplica a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ("Grupo"). Conforme referido na nota II.1 a), a partir de 30 de junho de 2014, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas incluem os resultados e os *cash-flows* dessas entidades relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014. Para mais detalhes, ver nota 41.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% Part. 2014	% Part. 2013	Atividade económica
Ocidental- Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	-	100%	Seguros de não vida
Ocidental-Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	100%	Seguros de vida
Pensõesgere- Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	100%	Gestão de fundos de pensões
Médis- Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	-	100%	Seguros de saúde

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo entidades estruturadas e fundos de investimento). O Grupo uma entidade quando está exposto, ou tem o direito, à variabilidade do retorno resultante da relação com a entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, desde que o Grupo assume o controlo, até ao momento em que esse controlo cessa.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que implica que o Grupo poderá reconhecer interesses que não controlam negativos. Anteriormente, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o capital próprio da subsidiária atribuível aos interesses que não controlam, esse excesso era atribuído ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros subsequentemente reportados pela subsidiária eram reconhecidos como proveitos do Grupo, até que as perdas atribuídas aos interesses que não controlam, anteriormente absorvidas pelo Grupo, fossem recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, num processo de aquisição faseado ("step acquisition"), que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados, aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada a valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Goodwill e VOBA

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired* – “VOBA”) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indicam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento coletivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respetivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) *Provisões técnicas*

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

f) *Ativos financeiros*

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros a deter até à maturidade, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (*“trade date”*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*“bid-price”*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

O Grupo apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 2011, o Grupo adoptou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a política contabilística do Grupo, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos ativos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos ativos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os ativos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando o mesmo é anulado ou extinto.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Acordos de recompra

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem maioritariamente saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

k) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

l) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

m) Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (VOBA) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O Voba corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

n) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

o) Locações

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

p) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

r) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

s) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

t) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, o Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, o Grupo decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respetiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pelo Grupo, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

O Grupo determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito)

Líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

O Grupo reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2014, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

u) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos

simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

v) *Segmentos operacionais*

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Vida & Pensões
- Não-Vida

No que respeita ao segmento Vida & Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Não-Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

Como anteriormente referido, desde 30 de junho de 2014, em resultado da Transação do Não-Vida, a Millenniumbcp Ageas descontinuou a sua actividade neste segmento. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas incluem os resultados e os *cash-flows* dessas entidades relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014.

x) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de

contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados (incluindo participação nos resultados a atribuir), (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para desvios de sinistralidade (6) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas, e (7) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pelo Grupo como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Goodwill

O montante recuperável do goodwill reconhecido como um ativo no Grupo é revisto anualmente, independentemente da existência de indícios de perdas por imparidade.

Para este efeito, o valor contabilístico das unidades de negócio do Grupo com goodwill associado é comparado com o respectivo valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade quando o valor contabilístico da unidade de negócio excede o seu valor recuperável.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado com base nos *cash flows*/ dividendos previsionais, descontados a uma taxa de desconto que inclua um prémio de risco apropriado à unidade de negócio testada.

Alterações nos *cash flows* previsionais e na taxa de desconto podem conduzir a conclusões diferentes das consideradas na preparação destas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos Operacionais

Demonstração dos resultados consolidados

	2014			2013		
	Vida&Pensos	Não Vida	Total	Vida&Pensos	Não Vida	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	803.548.098	107.743.044	911.291.142	593.632.031	208.165.772	801.797.803
Prémios brutos emitidos	826.576.219	135.950.569	962.526.788	619.713.526	250.925.606	870.639.132
Prémios de resseguro cedido	(23.028.121)	(21.926.419)	(44.954.540)	(26.081.495)	(39.285.481)	(65.366.976)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(7.497.144)	(7.497.144)	-	(4.414.655)	(4.414.655)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	1.216.038	1.216.038	-	940.302	940.302
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	34.970.959	-	34.970.959	62.982.600	-	62.982.600
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(853.752.643)	(75.513.259)	(929.265.902)	(835.018.125)	(146.638.883)	(981.657.008)
Montantes pagos	(859.043.505)	(73.690.048)	(932.733.553)	(814.072.616)	(143.366.055)	(957.438.671)
Montantes brutos	(873.380.947)	(79.735.191)	(953.116.138)	(827.700.399)	(151.199.698)	(978.900.097)
Parte dos resseguradores	14.337.442	6.045.143	20.382.585	13.627.783	7.833.643	21.461.426
Provisão para sinistros (variação)	5.290.862	(1.823.211)	3.467.651	(20.945.509)	(3.272.828)	(24.218.337)
Montantes brutos	3.140.770	(968.788)	2.171.982	(20.602.815)	(3.362.843)	(23.965.658)
Parte dos resseguradores	2.150.092	(854.423)	1.295.669	(342.694)	90.015	(252.679)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	296.899	296.899	-	(250.555)	(250.555)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	68.307.270	-	68.307.270	268.942.081	-	268.942.081
Montante bruto	68.221.006	-	68.221.006	268.870.488	-	268.870.488
Parte dos resseguradores	86.264	-	86.264	71.593	-	71.593
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(17.754.585)	(175.325)	(17.929.910)	(40.289.647)	(395.608)	(40.685.255)
Custos e gastos de exploração líquidos	(63.232.868)	(23.200.241)	(86.433.109)	(64.881.675)	(46.123.105)	(111.004.780)
Custos de aquisição	(55.383.677)	(18.721.950)	(74.105.627)	(55.874.525)	(35.569.139)	(91.443.664)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	790.660	790.660	-	468.013	468.013
Gastos administrativos	(15.864.723)	(11.504.661)	(27.369.384)	(19.189.721)	(22.745.541)	(41.935.262)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	8.015.532	6.235.710	14.251.242	10.182.571	11.723.562	21.906.133
Rendimentos	141.809.067	2.391.806	144.200.873	153.362.862	5.107.837	158.470.699
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	141.809.067	2.391.806	144.200.873	153.362.862	5.107.837	158.470.699
Gastos financeiros	(12.935.248)	(460.490)	(13.395.738)	(16.067.062)	(1.155.624)	(17.222.686)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.935.248)	(460.490)	(13.395.738)	(16.067.062)	(1.155.624)	(17.222.686)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	26.714.130	(105.872)	26.608.258	23.155.912	131.925	23.287.837
De ativos disponíveis para venda	22.259.868	(105.872)	22.153.996	23.157.758	131.925	23.289.683
De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade	(1.719.673)	-	(1.719.673)	(1.846)	-	(1.846)
Outros	6.173.935	-	6.173.935	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	327.145	40.268	367.413	(2.115.131)	117.547	(1.997.584)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	85.340.887	-	85.340.887	124.275.910	-	124.275.910
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(85.013.742)	40.268	(84.973.474)	(126.391.041)	117.547	(126.273.494)
Diferenças de câmbio	(158.916)	-	(158.916)	75.119	-	75.119
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(30.727.157)	(226.596)	(30.953.753)	(18.488.175)	253.681	(18.234.494)
De ativos disponíveis para venda	(16.575.100)	-	(16.575.100)	(5.625.901)	-	(5.625.901)
De investimentos a deter até à maturidade	(14.136.229)	-	(14.136.229)	(11.821.756)	-	(11.821.756)
De outros	(15.828)	(226.596)	(242.424)	(1.040.518)	253.681	(786.837)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(20.746.974)	97.506	(20.649.468)	(21.865.271)	122.478	(21.742.793)
Outras provisões (variação)	-	-	-	150.000	-	150.000
Outros rendimentos/gastos	(1.025.297)	345.154	(680.143)	3.790.301	(786.756)	3.003.545
Resultado líquido antes de impostos	75.342.981	11.232.894	86.575.875	107.365.820	18.548.709	125.914.529
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(27.625.471)	(2.015.300)	(29.640.771)	(37.680.379)	(5.941.500)	(43.621.879)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	5.736.894	(1.182.877)	4.554.017	600.845	2.132	602.977
Resultado líquido do exercício	53.454.404	8.034.717	61.489.121	70.286.286	12.609.341	82.895.627

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a) e v), a demonstração dos resultados de 2014 do segmento Não-Vida inclui os resultados e os *cash-flows* da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e da Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, data em a Millenniumbcp Ageas perdeu o controlo sobre essas entidades. Para mais detalhes ver nota 41. A demonstração dos resultados de 2013 do segmento Não-Vida reflete doze meses de atividade dessas entidades.

Balanço consolidado

	2014			2013				Eur
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	ICO	Total	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.968.084	-	127.968.084	238.861.921	21.360.924	-	260.222.845	
Ativos financeiros detidos para negociação	155.418.929	-	155.418.929	189.374.495	-	-	189.374.495	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.802.041.400	-	4.802.041.400	5.069.233.899	3.606.852	-	5.072.840.751	
Ativos disponíveis para venda	4.346.823.058	-	4.346.823.058	4.445.663.869	185.312.785	-	4.630.976.654	
Empréstimos e contas a receber	497.141.340	-	497.141.340	441.175.496	31.023.199	-	472.198.695	
Outros depósitos	497.141.340	-	497.141.340	441.175.496	31.023.199	-	472.198.695	
Investimentos a deter até à maturidade	541.018.989	-	541.018.989	623.044.374	-	-	623.044.374	
Terrenos e edifícios	3.244.849	-	3.244.849	3.428.341	-	-	3.428.341	
Outros ativos tangíveis	1.755.021	-	1.755.021	1.233.988	120.273	-	1.354.261	
Inventários	-	-	-	-	18.650	-	18.650	
Goodwill	247.487.477	-	247.487.477	247.487.477	68.252.992	-	315.740.469	
Outros ativos intangíveis	148.130.093	-	148.130.093	168.926.663	188.114	-	169.114.777	
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.556.850	-	3.556.850	1.320.494	17.906.883	-	19.227.377	
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	8.575.979	-	8.575.979	
Provisão matemática do ramo vida	927.372	-	927.372	841.108	-	-	841.108	
Provisão para sinistros	2.629.478	-	2.629.478	479.386	9.330.904	-	9.810.290	
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	35.908.082	-	35.908.082	5.385.550	44.396.869	(23.300.000)	26.482.419	
Contas a receber por operações de seguro direto	10.182.314	-	10.182.314	3.335.852	13.859.087	-	17.194.939	
Contas a receber por outras operações de resseguro	29.995	-	29.995	-	6.111.673	-	6.111.673	
Contas a receber por outras operações	25.695.773	-	25.695.773	2.049.698	24.426.109	(23.300.000)	3.175.807	
Ativos por impostos	34.982.545	-	34.982.545	33.323.335	4.783.133	-	38.106.468	
Ativos por impostos (e taxas) correntes	24.728.015	-	24.728.015	26.829.612	-	-	26.829.612	
Ativos por impostos diferidos	10.254.530	-	10.254.530	6.493.723	4.783.133	-	11.276.856	
Acréscimos e diferimentos	60.620	-	60.620	65.748	2.096.216	-	2.161.964	
Total ativo	10.945.537.337	-	10.945.537.337	11.468.525.650	379.066.890	(23.300.000)	11.824.292.540	
Provisões técnicas	4.366.626.125	-	4.366.626.125	4.324.812.511	146.663.190	-	4.471.475.701	
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	39.746.737	-	39.746.737	
Provisão matemática do ramo vida	4.179.479.945	-	4.179.479.945	4.221.210.800	-	-	4.221.210.800	
Provisão para sinistros	53.362.531	-	53.362.531	56.503.401	100.731.860	-	157.235.261	
De vida	53.362.531	-	53.362.531	56.503.401	-	-	56.503.401	
De acidentes de trabalho	-	-	-	-	22.263.715	-	22.263.715	
De outros ramos	-	-	-	-	78.468.145	-	78.468.145	
Provisão para participação nos resultados	133.783.649	-	133.783.649	47.098.310	700.059	-	47.798.369	
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	478.207	-	478.207	
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	5.006.327	-	5.006.327	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.463.646.785	-	5.463.646.785	5.616.776.023	-	-	5.616.776.023	
Outros passivos financeiros	127.493.160	-	127.493.160	8.428.131	5.873.929	-	14.302.060	
Passivos subordinados	120.000.000	-	120.000.000	-	-	-	-	
Depósitos recebidos de resseguradores	7.493.160	-	7.493.160	8.428.131	5.873.929	-	14.302.060	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.285.092	-	2.285.092	1.201.997	3.583.014	-	4.785.011	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	73.590.793	-	73.590.793	189.690.493	22.884.618	(23.300.000)	189.275.111	
Contas a pagar por operações de seguro direto	12.627.169	-	12.627.169	13.132.359	11.088.841	-	24.221.200	
Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.559.319	-	2.559.319	3.815.484	5.720.087	-	9.535.571	
Contas a pagar por outras operações	58.404.305	-	58.404.305	172.742.650	6.075.690	(23.300.000)	155.518.340	
Passivos por impostos e taxas	66.828.820	-	66.828.820	60.477.641	5.028.125	-	65.505.766	
Passivos por impostos (e taxas) correntes	24.805.801	-	24.805.801	8.913.122	5.028.125	-	13.941.247	
Passivos por impostos diferidos	42.023.019	-	42.023.019	51.564.519	-	-	51.564.519	
Acréscimos e diferimentos	2.727.334	-	2.727.334	6.347.738	4.888.735	-	11.236.473	
Outras Provisões	4.049.126	-	4.049.126	4.923.291	2.808.545	-	7.731.836	
Total passivo	10.107.247.235	-	10.107.247.235	10.212.657.825	191.730.156	(23.300.000)	10.381.087.981	
Capital	775.002.375	-	775.002.375	889.997.375	110.005.000	-	1.000.002.375	
Reservas de reavaliação	53.328.288	-	53.328.288	(60.042.209)	1.443.215	-	(58.598.994)	
Reserva por impostos diferidos e correntes	(44.220.734)	-	(44.220.734)	(13.991.389)	(425.748)	-	(14.417.137)	
Outras reservas	15.424.968	-	15.424.968	2.023.346	(3.243.701)	-	(1.220.355)	
Resultados transitados	(14.699.199)	(8.034.717)	(22.733.916)	367.594.416	66.948.627	-	434.543.043	
Resultado do exercício	53.454.404	8.034.717	61.489.121	70.286.286	12.609.341	-	82.895.627	
Total capital próprio	838.290.102	-	838.290.102	1.255.867.825	187.336.734	-	1.443.204.559	
Total passivo e capital próprio	10.945.537.337	-	10.945.537.337	11.468.525.650	379.066.890	(23.300.000)	11.824.292.540	

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a) e v), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Nessa data, o Grupo descontinuou a sua atividade no segmento Não-Vida. Para mais detalhes, ver nota 41.

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Prémios brutos emitidos vida	826.576.219	619.713.526
Prémios brutos emitidos não vida	135.950.569	250.925.606
Prémios brutos emitidos	962.526.788	870.639.132
Prémios resseguro cedido vida	(23.028.121)	(26.081.495)
Prémios resseguro cedido não vida	(21.926.419)	(39.285.481)
Prémios resseguro cedido	(44.954.540)	(65.366.976)
Variação prémios não adquiridos	(7.497.144)	(4.414.655)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	1.216.038	940.302
Variação líquida de prémios não adquiridos	(6.281.106)	(3.474.353)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro vida	803.548.098	593.632.031
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro não vida	107.743.044	208.165.772
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	911.291.142	801.797.803

O decréscimo dos prémios adquiridos, líquidos de resseguro decorre maioritariamente da desconsolidação da Ocidental Seguros e da Médis em 30 de junho de 2014, tal como referido na nota II.I a). Os resultados das operações destas Companhias foram integralmente consolidados até 30 de junho de 2014, refletindo a sua atividade no período de seis meses findo naquela data.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Contratos de seguro	175.284.592	181.958.669
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	651.291.627	437.754.857
Prémios brutos emitidos	826.576.219	619.713.526

Os prémios adquiridos do ramo vida, líquidos de resseguro, podem ainda ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	144.935.027	149.697.293
Relativos a contratos de grupo	681.641.192	470.016.233
	826.576.219	619.713.526
Periódicos	220.745.931	228.032.059
Não periódicos	605.830.288	391.681.467
	826.576.219	619.713.526
De contratos sem participação nos resultados	140.994.832	166.948.063
De contratos com participação nos resultados	685.581.387	452.765.463
	826.576.219	619.713.526
Resultado resseguro cedido	1.561.209	(2.542.242)

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	95.968.429	89.158.464	174.088.055	171.773.081
Incêndio e outros danos	23.200.056	22.690.826	44.969.912	44.680.636
Automóvel	12.493.115	12.149.075	23.651.232	22.134.583
Outros	4.288.969	4.455.060	8.216.407	7.922.651
Total	135.950.569	128.453.425	250.925.606	246.510.951

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	8.468.976	7.251.402	14.922.804	14.250.094
Incêndio e outros danos	10.726.747	10.401.178	19.754.259	19.395.621
Automóvel	243.895	243.895	492.750	492.750
Outros	2.486.801	2.813.906	4.115.668	4.206.714
Total	21.926.419	20.710.381	39.285.481	38.345.179

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeito contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 34.971.000 (2013: Euro 62.983.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

	2014			2013			<i>Eur</i>
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	
Sinistros pagos							
Montantes brutos	62.365.409	810.510.909	872.876.318	62.162.436	765.094.877	827.257.313	
Parte dos resseguradores	(14.337.442)	-	(14.337.442)	(13.627.783)	-	(13.627.783)	
	48.027.967	810.510.909	858.538.876	48.534.653	765.094.877	813.629.530	
Varição da provisão para sinistros							
Montantes brutos	(2.423.491)	(717.279)	(3.140.770)	9.787.929	10.814.886	20.602.815	
Parte dos resseguradores	(2.150.092)	-	(2.150.092)	342.694	-	342.694	
	(4.573.583)	(717.279)	(5.290.862)	10.130.623	10.814.886	20.945.509	
Total antes custos imputados	43.454.384	809.793.630	853.248.014	58.665.276	775.909.763	834.575.039	
Custos com Sinistros (imputados)			504.629			443.086	
Total			853.752.643			835.018.125	

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

	2014				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	54.511.020	11.866.515	8.441.730	(324.383)	74.494.882
Parte dos resseguradores	(1.167.260)	(4.810.617)	(3.099)	(64.168)	(6.045.144)
	53.343.760	7.055.898	8.438.631	(388.551)	68.449.738
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	2.253.842	(1.128.397)	(307.123)	150.466	968.788
Parte dos resseguradores	108.460	771.510	3.099	(28.646)	854.423
	2.362.302	(356.887)	(304.024)	121.820	1.823.211
Total antes custos imputados	55.706.062	6.699.011	8.134.607	(266.731)	70.272.949
Custos com Sinistros (imputados)	2.947.708	933.273	1.237.734	121.595	5.240.310
Total	58.653.770	7.632.284	9.372.341	(145.136)	75.513.259

	2013				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	106.938.111	21.389.336	13.305.155	104.201	141.736.803
Parte dos resseguradores	(2.702.130)	(5.424.834)	(3.621)	296.942	(7.833.643)
	104.235.981	15.964.502	13.301.534	401.143	133.903.160
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.448.840	60.619	1.604.010	249.374	3.362.843
Parte dos resseguradores	1.368.750	(1.390.497)	202.988	(271.256)	(90.015)
	2.817.590	(1.329.878)	1.806.998	(21.882)	3.272.828
Total antes custos imputados	107.053.571	14.634.624	15.108.532	379.261	137.175.988
Custos com Sinistros (imputados)	5.617.229	1.566.577	2.064.024	215.065	9.462.895
Total	112.670.800	16.201.201	17.172.556	594.326	146.638.883

O decréscimo dos custos com sinistros, líquidos de resseguro do ramo Não-Vida decorre maioritariamente da desconsolidação da Ocidental Seguros e da Médis em 30 de junho de 2014, tal como referido na nota II.I a). Os resultados das operações destas Companhias foram integralmente consolidados até 30 de junho de 2014, refletindo a sua atividade no período de seis meses findo naquela data.

Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

	Eur		
	2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	20.198.137	(88.419.143)	(68.221.006)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(86.264)	-	(86.264)
	20.111.873	(88.419.143)	(68.307.270)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.243.588	12.510.997	17.754.585
Total	25.355.461	(75.908.146)	(50.552.685)

	Eur		
	2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	2.546.284	(271.416.772)	(268.870.488)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(71.593)	-	(71.593)
	2.474.691	(271.416.772)	(268.942.081)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.805.389	34.484.258	40.289.647
Total	8.280.080	(236.932.514)	(228.652.434)

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

	Eur				
	2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	547.904	-	-	547.904
Variação da provisão para riscos em curso	(923.257)	163.789	(140.408)	55.073	(844.803)
	(923.257)	711.693	(140.408)	55.073	(296.899)
Variação da participação nos resultados	175.325	-	-	-	175.325
Total	(747.932)	711.693	(140.408)	55.073	(121.574)

	Eur				
	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	(408.995)	-	1.278	(407.717)
Variação da provisão para riscos em curso	530.570	(120.803)	356.164	(107.659)	658.272
	530.570	(529.798)	356.164	(106.381)	250.555
Variação da participação nos resultados	395.608	-	-	-	395.608
Total	926.178	(529.798)	356.164	(106.381)	646.163

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

	Eur			
	2014			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	19.643.071	15.166.007	17.244.870	52.053.948
Custos de aquisição alocados	1.486.170	1.644.147	199.412	3.329.729
Custos administrativos - comissões	4.810	-	-	4.810
Custos administrativos alocados	7.244.049	7.635.791	980.073	15.859.913
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8.015.532)	-	-	(8.015.532)
Total	20.362.568	24.445.945	18.424.355	63.232.868

	Eur			
	2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	20.509.914	15.440.053	17.280.144	53.230.111
Custos de aquisição alocados	1.142.150	1.191.062	311.202	2.644.414
Custos administrativos - comissões	9.937	-	-	9.937
Custos administrativos alocados	7.347.489	7.354.843	4.477.452	19.179.784
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.182.571)	-	-	(10.182.571)
Total	18.826.919	23.985.958	22.068.798	64.881.675

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

	Eur				
	2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	9.462.626	2.743.112	1.191.870	375.440	13.773.048
Custos de aquisição alocados	3.343.498	777.913	679.525	147.966	4.948.902
Variação dos custos de aquisição diferidos	(723.146)	(119.815)	(16.827)	69.128	(790.660)
Custos administrativos - comissões	238.385	5.914	4.795	2.826	251.920
Custos administrativos alocados	7.308.467	2.529.897	1.085.485	328.892	11.252.741
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(3.567.745)	(2.652.588)	-	(15.377)	(6.235.710)
Total	16.062.085	3.284.433	2.944.848	908.875	23.200.241

	Eur				
	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	16.814.696	5.404.963	2.266.735	649.266	25.135.660
Custos de aquisição alocados	6.960.697	1.621.531	1.549.295	301.956	10.433.479
Variação dos custos de aquisição diferidos	(194.112)	(118.277)	(194.336)	38.712	(468.013)
Custos administrativos - comissões	338.209	7.839	7.770	4.049	357.867
Custos administrativos alocados	14.581.473	5.093.411	2.086.312	626.478	22.387.674
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.086.902)	(4.373.727)	-	(262.933)	(11.723.562)
Total	31.414.061	7.635.740	5.715.776	1.357.528	46.123.105

Considerando os segmentos em conjunto, a rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euro 52.939.000 (2013: Euro 72.493.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A., de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Millenniumbcp Ageas.

O decréscimo dos custos e gastos de exploração líquidos do ramo Não-Vida decorre maioritariamente da desconsolidação da Ocidental Seguros e da Médis em 30 de junho de 2014, tal como referido na nota II.I a). Os resultados das operações destas Companhias foram integralmente consolidados até 30 de junho de 2014, refletindo a sua atividade no período de seis meses findo naquela data.

Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

	Eur	
	2014	2013
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	116.812.302	117.984.316
Rendimentos de ativos a deter até à maturidade	26.761.820	29.606.643
Rendimentos de depósitos bancários	626.751	10.879.740
Total	144.200.873	158.470.699

Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 13.396.000 (2013: Euro 17.223.000).

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			2013		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	9.753.857	(380.705)	9.373.152	14.672.498	(10.592.332)	4.080.166
Obrigações de outros emissores	8.257.754	(1.918.494)	6.339.260	20.509.817	(4.438.709)	16.071.108
Ações	13.642.400	(7.200.816)	6.441.584	5.226.446	(2.088.037)	3.138.409
De investimentos disponíveis para venda	31.654.011	(9.500.015)	22.153.996	40.408.761	(17.119.078)	23.289.683
De investimentos a deter até à maturidade	25.958.295	(27.677.968)	(1.719.673)	1.229	(3.075)	(1.846)
De investimentos em subsidiárias	6.173.935	-	6.173.935	-	-	-
Total	63.786.241	(37.177.983)	26.608.258	40.409.990	(17.122.153)	23.287.837

Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	42.669.997	(71.242.352)	113.913.242	85.340.887
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	327.137.963	(50.636.828)	(361.474.609)	(84.973.474)
Total	369.807.960	(121.879.180)	(247.561.367)	367.413
	2013			
	Gains	(Losses)	Other net income	Total
De investimentos detidos para negociação	11.250.131	(15.350.718)	128.376.497	124.275.910
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	735.793.737	(516.859.726)	(345.207.505)	(126.273.494)
Total	747.043.868	(532.210.444)	(216.831.008)	(1.997.584)

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros decorrentes dos contratos de *unit linked*.

Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais no montante de Euro 159.000 dizem respeito a uma perda cambial (2013: Euro 75.000, ganho) relativa a Empréstimos concedidos e contas a receber.

Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões

A imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
De ativos financeiros disponíveis para venda	16.575.100	5.625.901
De propriedades de investimento	-	1.020.746
De ativos a deter até à maturidade	14.136.229	11.821.756
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	242.424	(233.909)
Total imparidade	30.953.753	18.234.494
Variação de outras provisões	-	(150.000)
Total	30.953.753	18.084.494

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas por imparidade relativas aos investimentos a deter até à maturidade dizem respeito a títulos de dívida *corporate*. Em 2014 o reforço da imparidade naquelas obrigações foi estimado tendo como referência um valor recuperável de 51% (2013: 78%). À data do balanço, estes títulos de dívida *corporate* já foram alienados, com uma perda realizada adicional de 2%.

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euro 21.246.000 (2013: Euro 22.446.000) relativos ao custo com a amortização do VOB – valor do negócio adquirido (ver nota 22).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euro 9.199.000 (2013: Euro 8.375.000) relativos às comissões de gestão de fundos de pensões facturados pela Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	638.852	1.356.030
Remunerações - pessoal	13.659.368	18.123.555
Encargos sobre remunerações	2.759.903	3.617.505
Benefícios pós emprego	360.916	1.409.426
Seguros obrigatórios	680.139	850.878
Gastos de acção social	72.783	146.927
Outros gastos	1.486.262	812.655
	<u>19.658.223</u>	<u>26.316.976</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>24.832.184</u>	<u>37.581.024</u>
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	183.492	206.921
Equipamento de transporte e outro equipamento	22.156	8.334
Equipamento informático	106.147	110.838
	<u>311.795</u>	<u>326.093</u>
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	999.315	928.107
Valor do negócio adquirido (VOBA)	21.245.973	22.445.973
	<u>22.245.288</u>	<u>23.374.080</u>
Outros	<u>13.289.699</u>	<u>21.278.045</u>
Total	<u>80.337.189</u>	<u>108.876.218</u>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Auditoria	325.500	508.113
Auditoria - serviços relacionados	154.007	154.007
Consultoria fiscal	16.568	31.752
Outros serviços	6715	3.800
Total	<u>502.790</u>	<u>697.672</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euro 1.453.000 (2013: Euro 1.848.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euro 920.000 (2013: Euro 1.425.000) de Juros suportados, um montante de Euro 13.504.000 (2013: Euro 15.417.000) relativos a Comissões e um proveito de Euro 2.587.000 relativos a variação de outras provisões (2013: custo de Euro 2.587.000).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo efectuada pela F&C.

O decréscimo dos custos e gastos por natureza a imputar decorre parcialmente da desconsolidação da Ocidental Seguros e da Médis em 30 de junho de 2014, tal como referido na nota II.I a). Os resultados das operações destas Companhias foram integralmente consolidados até 30 de junho de 2014, refletindo a sua atividade no período de seis meses findo naquela data.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custos com sinistros	5.744.939	9.905.981
Custos de exploração		
Custos de aquisição	8.278.631	13.077.893
Custos administrativos	27.112.654	41.567.458
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	13.060.700	16.818.068
Alocados à Conta Não Técnica	335.038	404.618
Outros custos não alocados	25.805.227	27.102.200
Total	80.337.189	108.876.218

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 474 e 477.

II.5 Notas ao balanço consolidado

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes refere-se a depósitos bancários no montante de Euro 260.223.000 (2013: Euro 260.223.000).

Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps	155.184.867	5.214.551.476	189.160.751	7.149.403.705
FRA	234.062	41.500.000	213.744	41.500.000
Total	155.418.929	5.256.051.476	189.374.495	7.190.903.705
Dos quais:				
Nível 2	155.418.929	5.256.051.476	189.374.495	7.190.903.705
	155.418.929	5.256.051.476	189.374.495	7.190.903.705

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

				<i>Eur</i>		
		2014			2013	
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	959.438.901	185.370.377	1.144.809.278	763.443.638	18.980.446	782.424.084
Obrigações de outros emissores	2.869.372.512	49.836.639	2.919.209.151	3.691.431.297	171.009.730	3.862.441.027
Ações	696.728.851	41.294.120	738.022.971	399.031.806	28.943.834	427.975.640
Total	4.525.540.264	276.501.136	4.802.041.400	4.853.906.741	218.934.010	5.072.840.751
Dos quais:						
Nível 1			2.239.798.666			2.059.568.726
Nível 2			2.562.242.734			3.013.272.025
Nível 3			-			-
			4.802.041.400			5.072.840.751

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

			<i>Eur</i>	
	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	1.144.809.278	-	782.424.084	-
Obrigações de outros emissores	356.966.418	2.562.242.734	849.169.002	3.013.272.025
Ações	738.022.971	-	427.975.640	-
	<u>2.239.798.666</u>	<u>2.562.242.734</u>	<u>2.059.568.726</u>	<u>3.013.272.025</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014				2013				Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	
Dívida pública	1.871.589.288	184.382.328	-	2.055.971.616	1.860.892.376	3.456.195	-	1.864.348.571	
Obrigações de outros emissores	1.841.681.058	62.999.926	(13.932.483)	1.890.748.501	2.361.819.284	31.845.429	(65.214)	2.393.599.499	
Ações	322.794.956	5.920.654	(9.766.247)	318.949.363	266.969.342	30.602.785	(7.201.657)	290.370.470	
Juros a receber	81.153.578	-	-	81.153.578	82.658.114	-	-	82.658.114	
Total	4.117.218.880	253.302.908	(23.698.730)	4.346.823.058	4.572.339.116	65.904.409	(7.266.871)	4.630.976.654	
Dos quais:									
Nível 1				4.323.908.715				4.593.485.078	
Nível 2				22.914.343				37.491.576	
Nível 3				-				-	
				4.346.823.058				4.630.976.654	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2014		2013		Eur
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
Dívida pública	2.096.027.476		1.892.008.800	-	
Obrigações de outros emissores	1.908.934.126	22.912.093	2.411.213.358	37.384.038	
Ações	318.947.113	2.250	290.262.920	107.538	
	4.323.908.715	22.914.343	4.593.485.078	37.491.576	

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos ativos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	A 31 de dezembro de 2014			A 31 de dezembro de 2013			Na data de transferência				<i>Eur</i>
	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2014	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2013	Valor de Balanço reclassificado de ativos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor	Cash flows futuros (b)	Taxa de juro efetiva (c)	
Dívida pública	445.557.286	585.094.229	83.894.220	475.043.690	561.459.455	61.206.762	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%	
Obrigações de outros emissores	85.663.545	92.669.733	17.571.552	137.497.605	144.536.890	14.768.316	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%	
Total	531.220.831	677.763.962	101.465.772	612.541.295	705.996.345	75.975.078	645.250.058	(197.468.113)	1.110.636.514		
Juros	9.798.158			10.503.079							
Total	541.018.989			623.044.374							

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade podem ser detalhados como se segue:

	<i>Eur</i>				
	2014				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Juro decorrido	Total
Dívida pública	535.752.497	(90.195.211)	-	9.347.812	454.905.098
Obrigações de outros emissores	91.470.675	(5.807.130)	-	450.346	86.113.891
Total	627.223.172	(96.002.341)	-	9.798.158	541.018.989
	2013				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Juro decorrido	Total
Dívida pública	587.926.358	(112.882.669)	-	9.957.053	485.000.742
Obrigações de outros emissores	157.929.727	(8.610.365)	(11.821.756)	546.026	138.043.632
Total	745.856.085	(121.493.034)	(11.821.756)	10.503.079	623.044.374

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014	2013	2012	2011
Reserva de reavaliação	146.543.130	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)
Imposto diferido na reserva	(46.161.086)	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923
	<u>100.382.044</u>	<u>64.016.709</u>	<u>66.285.249</u>	<u>(80.570.769)</u>

Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.867.163)	(2.683.671)
Imparidade	(5.004.568)	(5.004.568)
Saldo no final do ano	3.244.849	3.428.341
Justo valor	3.504.800	3.504.800

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em 2013 foi efetuada uma avaliação independente, no sentido de avaliar o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. Em resultado dessa avaliação, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euro 1.021.000. Em 2014, na ausência de indícios de imparidade adicionais, o Grupo não solicitou nova avaliação.

Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	479.424	1.053.344
Equipamento administrativo	52.604	1.092.270
Outro equipamento	1.494.891	1.739.070
	2.026.919	3.884.684
Amortizações acumuladas	(271.898)	(2.530.423)
Saldo líquido	1.755.021	1.354.261

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	<i>Eur</i> Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.053.344	1.092.270	1.739.070	3.884.684
Aquisições	197.418	46.609	771.012	1.015.039
Abates	(391.250)	(1.079.883)	(595.900)	(2.067.033)
Impacto transação Não Vida	(380.088)	(6.392)	(419.291)	(805.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	479.424	52.604	1.494.891	2.026.919
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	804.310	1.090.473	635.640	2.530.423
Amortizações do exercício	106.147	6.328	15.828	128.303
Abates	(391.250)	(1.079.883)	(595.900)	(2.067.033)
Impacto transação Não Vida	(295.611)	(3.116)	(21.068)	(319.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	223.596	13.802	34.500	271.898
Saldo líquido 31 de dezembro 2013	249.034	1.797	1.103.430	1.354.261
Saldo líquido 31 de dezembro 2014	255.828	38.802	1.460.391	1.755.021

Nota 22 – Goodwill e Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>			
	Goodwill	VOBA	Other	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	315.740.469	527.989.676	11.710.860	855.441.005
Aquisições	-	-	1.531.242	1.531.242
Abates	-	-	(2.000.655)	(2.000.655)
Impacto transação Não Vida	(68.252.992)		(2.191.292)	(70.444.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	247.487.477	527.989.676	9.050.155	784.527.308
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(364.292.792)	(6.292.967)	(370.585.759)
Amortizações do exercício	-	(21.245.973)	(999.315)	(22.245.288)
Abates	-	-	2.000.655	2.000.655
Impacto transação Não Vida	-	-	1.920.654	1.920.654
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(385.538.765)	(3.370.973)	(388.909.738)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	315.740.469	163.696.884	5.417.893	484.855.246
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	247.487.477	142.450.911	5.679.182	395.617.570

À data de 31 de Dezembro de 2013, o montante de Euro 315.740.469 reconhecido como goodwill está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., o qual à data de aquisição foi distribuído como segue:

	<i>Eur</i>
Segmento Vida e Pensões	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477
Segmento Não Vida	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Medis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Conforme referido na nota II.I a), em junho de 2014, a Millenniumbcp Ageas distribuiu aos seus acionistas, na forma de um dividendo em espécie, todas as suas ações da Ocidental Seguros e da Médis. Consequentemente, essas entidades foram desconsolidadas pelo Grupo a 30 de junho de 2014, tendo sido desreconhecido o correspondente goodwill (ver nota 41).

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de Euro 247.487.477 ainda registado como goodwill refere-se integralmente ao segmento vida - Ocidental Vida e Pensõesger.

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão ao valor recuperável do goodwill e do VOBA, concluindo pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

O teste de imparidade do goodwill foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo e considerando uma taxa de crescimento no longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 11,4% (2013: média de 12,8%).

O teste de imparidade do VOBA foi efectuado com base na expectativa actual dos fluxos de caixa futuros associados às apólices adquiridas, considerando as condições de mercado actuais e uma taxa de desconto baseada na curva de taxa de juro sem risco. Os pressupostos usados nesta análise foram consistentes com os usados no teste de adequação das responsabilidades. Para informação adicional, ver nota 37.

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	<i>Eur</i> Após
VOBA - Amortização estimada	19.064.102	18.144.767	17.137.696	15.989.223	14.671.057	57.444.066

Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

	<i>Eur</i> 2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
VALOR BRUTO			
Provisão matemática do ramo Vida	211.527.936	3.967.952.009	4.179.479.945
Provisão para sinistros do ramo Vida	34.645.815	18.716.716	53.362.531
Provisão para participação nos resultados	418.884	133.364.765	133.783.649
Atribuída	418.884	29.392.486	29.811.370
A atribuir	-	103.972.279	103.972.279
Total bruto	246.592.635	4.120.033.490	4.366.626.125
RESSEGURO CEDIDO			
Provisão matemática do ramo Vida	927.372	-	927.372
Provisão para sinistros do ramo Vida	2.629.478	-	2.629.478
Total resseguro	3.556.850	-	3.556.850
Saldo líquido	243.035.785	4.120.033.490	4.363.069.275

	<i>Eur</i> 2013		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
VALOR BRUTO			
Provisão matemática do ramo Vida	191.329.798	4.029.881.002	4.221.210.800
Provisão para sinistros do ramo Vida	37.069.405	19.433.996	56.503.401
Provisão para participação nos resultados	716.300	46.382.010	47.098.310
Atribuída	716.300	43.371.641	44.087.941
A atribuir	0	3.010.369	3.010.369
Total bruto	229.115.503	4.095.697.008	4.324.812.511
RESSEGURO CEDIDO			
Provisão matemática do ramo Vida	841.108	-	841.108
Provisão para sinistros do ramo Vida	479.386	-	479.386
Total resseguro	1.320.494	-	1.320.494
Saldo líquido	227.795.009	4.095.697.008	4.323.492.017

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, o Grupo efectuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2014, as provisões técnicas incluem um reforço no montante de Euro 25.100.000 (2013: Euro 34.800.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 37).

Conforme anteriormente referido na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Deste modo, à data de 31 de dezembro de 2014, as contas consolidadas do Grupo não apresentam valores no balanço relativos a provisões técnicas para o segmento Não-Vida.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

	Eur				
	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
VALOR BRUTO					
Provisão para prémios não adquiridos	24.003.143	6.153.150	6.880.853	2.709.591	39.746.737
Provisão para sinistros	57.711.061	13.948.807	22.633.267	6.438.725	100.731.860
Provisão para participação nos resultados	700.059	-	-	-	700.059
Provisão para desvios de sinistralidade	-	412.803	-	65.404	478.207
Provisão para riscos em curso	2.084.218	6.817	2.621.688	293.604	5.006.327
Total bruto	84.498.481	20.521.577	32.135.808	9.507.324	146.663.190
RESSEGURO CEDIDO					
Provisão para prémios não adquiridos	5.918.288	1.467.390	-	1.190.301	8.575.979
Provisão para sinistros	1.702.638	4.631.056	506.047	2.491.163	9.330.904
Total resseguro	7.620.926	6.098.446	506.047	3.681.464	17.906.883
Saldo líquido	76.877.555	14.423.131	31.629.761	5.825.860	128.756.307

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

	Eur		
	2014		
	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de janeiro	47.098.310	700.059	47.798.369
Montantes pagos	(32.031.156)	(454.534)	(32.485.690)
Estimativa de montantes a atribuir	17.754.585	175.325	17.929.910
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	100.961.910	-	100.961.910
Impacto transacção Não Vida	-	(420.850)	(420.850)
Total	133.783.649	-	133.783.649

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao "shadow", o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2014 o ajustamento do "shadow" totaliza o montante de Euro 103.972.000 (2013: Euro 3.010.0000).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Nalguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão, nomeadamente, garantias "up-front" atribuídas a novo negócio.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

	Eur	
	2014	2013
Provisão para participação nos resultados Vida		
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	3.010.369	6.468
Libertação, de acordo com plano participação	-	(6.468)
Reforço, de acordo com plano participação	100.961.910	3.010.369
Total, 31 dezembro	103.972.279	3.010.369
Participação nos resultados atribuída, 1 janeiro	44.087.941	46.230.803
Distribuída no ano	(32.031.156)	(42.438.977)
Atribuída - contratual	17.754.585	40.296.115
Total, 31 dezembro	29.811.370	44.087.941
Participação nos resultados, 31 dezembro	133.783.649	47.098.310

Nota 24 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, o Grupo é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou a seguinte decisão, em 31 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por adesões coletivas a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o número de participantes no plano é o seguinte:

	2014	2013
Numero de participantes		
Ativos	166	441
Reformados e pensionistas	20	61
	186	502

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(10.470.271)	(2.285.506)	(179.935)	(12.935.712)	(19.617.623)	(4.680.193)	(429.396)	(24.727.212)
Justo valor dos ativos do plano	10.650.620	-	-	10.650.620	19.942.204	-	-	19.942.204
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	180.349	(2.285.506)	(179.935)	(2.285.092)	324.581	(4.680.193)	(429.396)	(4.785.008)

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 4 (2013: 4), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 1.128.000 (2013: Euro 1.853.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	19.617.623	4.680.193	429.396	24.727.212	33.772.793	4.192.782	545.191	38.510.766
Custo do serviço corrente	36.070	123.558	37.344	196.972	50.196	173.350	73.804	297.350
Custo dos juros	479.607	104.037	8.916	592.559	1.324.084	166.017	19.871	1.509.972
Alterações do plano	-	-	-	-	-	(276.097)	-	(276.097)
Liquidação do Plano Complementar	-	-	-	-	318.711	-	-	318.711
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(1.010.344)	(72.006)	(66.822)	(1.149.172)	(1.414.566)	(87.041)	(66.356)	(1.567.963)
(Ganhos) / perdas atuariais	1.597.351	877.967	80.002	2.555.320	1.925.217	488.267	(143.114)	2.270.370
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	-	-	-	-	(17.092.471)	-	-	(17.092.471)
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	363.036	18.221	-	381.257	733.659	22.915	-	756.574
Impacto da transação Não Vida	(10.639.194)	(3.446.464)	(308.901)	(14.394.558)	-	-	-	-
Transferência entre fundos	26.122	-	-	26.122	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de dezembro	10.470.271	2.285.506	179.935	12.935.712	19.617.623	4.680.193	429.396	24.727.212

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data dos passivos relativos àquelas Companhias.

À data de 31 de dezembro de 2013, a alteração do plano nos “Outros benefícios” correspondeu ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	36.070	123.558	37.344	196.972	50.196	173.350	73.804	297.350	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	97.252	104.037	8.916	210.204	263.288	166.017	19.871	449.176	
Decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(276.097)	-	(276.097)	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	80.002	80.002	-	-	(143.114)	(143.114)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	318.711	-	-	318.711	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	363.036	18.221	-	381.257	733.659	22.915	-	756.574	
Custo do exercício	496.358	245.815	126.262	868.435	1.365.854	86.185	(49.439)	1.402.600	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	19.942.201	34.281.572
Contribuições da companhia	1.729.808	2.444.206
Pagamentos efetuados pelo fundo	(1.010.344)	(1.414.565)
Retorno esperado do fundo	382.355	1.060.796
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	246.147	662.663
Impacto da transação Não Vida	(10.665.669)	-
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	26.122	(17.092.471)
Saldo em 31 de dezembro	10.650.620	19.942.201

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data dos ativos do plano relativo àquelas Companhias.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelo Grupo ascenderam a Euro 1.730.000 (2013: Euro 2.444.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2014, o Grupo contribuiu com o montante de Euro 145.000 (2013: Euro 506.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2014 e 2013, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisados como segue:

	2014			2013			Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
Saldo em 1 de janeiro	8.782.994	1.138.749	9.921.743	7.520.439	650.482	8.170.921	
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	1.597.351	877.967	2.475.318	1.925.217	488.267	2.413.484	
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(246.147)	-	(246.147)	(662.662)	-	(662.662)	
Impacto da transação Não Vida	(5.493.258)	(669.370)	(6.162.628)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro	4.640.940	1.347.346	5.988.286	8.782.994	1.138.749	9.921.743	

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsolidação naquela data do outro rendimento integral relativo àquelas Companhias.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os (ganhos) /perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.505.000 e Euro 2.906.000, respetivamente.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisados como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	324.575	(4.680.193)	(429.396)	(4.785.014)	508.778	(4.192.782)	(545.191)	(4.229.195)
Custo do Exercício	(496.358)	(245.815)	(126.262)	(868.435)	(1.365.854)	(86.185)	49.439	(1.402.600)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.351.204)	(877.967)	-	(2.229.171)	(1.262.555)	-	(488.267)	(1.750.822)
Benefícios pagos pela companhia	-	72.006	66.822	138.828	-	87.041	66.356	153.397
Contribuições dos empregados e outras	1.729.808	-	-	1.729.808	2.444.206	-	-	2.531.247
Impacto da transação Não Vida	(26.473)	3.446.464	308.901	3.728.892	-	-	-	-
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	180.349	(2.285.506)	(179.935)	(2.285.092)	324.575	(4.680.193)	(429.396)	(4.697.973)

Conforme referido na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Os valores incluídos na rubrica designada por “Impacto da transação Não-Vida” representam a desconsoidação naquela data dos ativos/(responsabilidades) líquidas relativos àquelas Companhias.

Os ativos do fundo de pensões são analisados da seguinte forma:

	Eur	
	2014	2013
Títulos de rendimento variável	2.622.566	5.152.698
Títulos de rendimento fixo	6.925.857	13.397.305
Imóveis	288.730	300.607
Outros	813.467	1.091.591
	10.650.620	19.942.201

Adicionalmente, a exposição do fundo de pensões a ativos do Grupo é analisada como segue:

	Eur
	2014
Títulos de rendimento variável	28.336
Outros	917.989
	946.324

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Impacto no Custo com Pensões	23.097	31.001
Impacto nas Responsabilidades	365.681	748.831

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	2.205.294	(1.733.498)
Taxa de Crescimento das Pensões	(1.402.163)	1.665.454
Taxa de Crescimento dos Salários	(286.900)	349.341

	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	458.110	

Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Tomadores de seguros	10.223.236	17.920.171
Mediadores de seguros	12.608	2.690.129
Resseguradores	29.995	9.596.194
	10.265.839	30.206.494
Imparidade	(53.530)	(6.899.882)
Total	10.212.309	23.306.612
Outros devedores	25.695.773	3.182.333
Imparidade	-	(6.526)
Total Outros devedores	25.695.773	3.175.807
Total	35.908.082	26.482.419

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 10.221.000 (2013: Euro 10.176.000) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	2014		2013	
	Outros devedores	Outros	Outros devedores	Outros
Saldo no início do ano	6.899.882	6.526	7.133.791	6.526
Reversões	(299.148)	(6.526)	(301.941)	-
Dotação do exercício	541.571	-	68.032	-
Impacto da transacção não vida	(7.088.775)	-	-	-
Saldo no final do ano	53.530	-	6.899.882	6.526

Conforme referido na nota II.1 a), desde 30 de junho de 2014 que a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas. Assim os

valores relativos às perdas de imparidade acumuladas reconhecidas nas Companhias, naquela data, foram desconsolidadas das contas consolidadas do Grupo.

Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O Grupo determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 31,5% (taxa nominal de 23% mais 8,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo Português, no fim de dezembro de 2014, o qual determinou uma redução de 2% na taxa nominal de imposto a partir de 1 janeiro, o Grupo aplicou uma taxa de imposto de 29,5% para cálculo dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2014.

As declarações de autoliquidação das Companhia do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

	Eur	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes		
Ativos por impostos correntes	-	2.101.596
Outras taxas	24.728.015	24.728.016
Impostos diferidos ativos	10.254.530	11.276.856
Ativos por impostos	34.982.545	38.106.468
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre rendimento	16.481.667	1.100.730
Outros impostos e taxas	8.324.134	12.840.517
Passivos por impostos diferidos	42.023.019	51.564.519
Passivos por impostos	66.828.820	65.505.766

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros ativos por impostos e taxas incluem o montante de Euro 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os outros passivos por impostos e taxas incluem os montantes a pagar ao Estado e ao Instituto Seguros de Portugal, nomeadamente, “FAT”, “Serviço Nacional de Bombeiros” e “Instituto Nacional de Emergência Médica”.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos intangíveis	-	-	(42.023.019)	(51.564.519)	(42.023.019)	(51.564.519)
Ativos financeiros	(83.332)	(7.298.854)	-	-	(83.332)	(7.298.854)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.408.831	11.812.508	-	-	7.408.831	11.812.508
Provisões	1.194.494	3.362.484	-	-	1.194.494	3.362.484
Outros (incluindo benefícios a empregados)	1.734.536	3.400.718	-	-	1.734.536	3.400.718
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	10.254.530	11.276.856	(42.023.019)	(51.564.519)	(31.768.488)	(40.287.664)
Líquido de ativos/ passivos	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	10.254.530	11.276.856	(42.023.019)	(51.564.519)	(31.768.488)	(40.287.664)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 foi reconhecido como segue:

	2014			2013	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Impacto da transação Não Vida	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos intangíveis	9.541.500	-	-	2.416.910	-
Ativos financeiros	-	4.682.455	2.533.067	400.877	(9.305.415)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(4.403.677)	-	-	(3.555.165)	-
Provisões	(592.099)	-	(1.575.891)	1.011.669	-
Outros (incluindo benefícios a empregados)	8.293	775.642	(2.450.114)	328.686	143.721
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	4.554.017	5.458.097	(1.492.938)	602.977	(9.161.694)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Imposto corrente	(29.640.771)	(43.621.879)
Imposto diiferido	4.554.017	602.977
Total imposto reconhecido em resultados	(25.086.754)	(43.018.902)

O imposto sobre o rendimento reconhecido no capital próprio em 2014 e 2013 é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Reserva de justo valor de disponiveis para venda		
Imposto corrente	(68.159.068)	(36.817.792)
Imposto diferido	24.078.011	22.400.655
	(44.081.057)	(14.417.137)
Ganhos / perdas atuariais		
Imposto diiferido	799.026	143.721
	(43.282.031)	(14.273.416)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2014	2013
Resultado antes de impostos	86.575.875	125.914.529
Taxa de imposto	31,5%	31,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	27.271.401	39.663.077
Tributação autónoma	149.019	124.675
Efeito alteração taxa imposto nas diferenças temporárias	(2.849.018)	4.092.422
Outras diferenças permanentes	515.352	(861.272)
	25.086.754	43.018.902

Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Os passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento, no montante de Euro 5.463.647.000 (2013: Euro 5.616.776.000), respeitam aos contratos “unit-linked”. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios dos IFRS, estes passivos financeiros são classificados como Nível 2. O seu justo valor é determinado pelo Grupo tendo em consideração o justo valor dos ativos subjacentes.

Nota 28 – Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, no montante de Euro 7.493.000 (2013: Euro 14.302.000), dizem respeito a depósitos recebidos de resseguradores, que representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Adicionalmente, no âmbito das medidas de gestão de capital implementadas, os outros passivos financeiros incluem o montante de Euro 120.000.000 relativos a um empréstimo subordinado concedido pelos accionistas da Millenniumbcp Ageas, de acordo com um acordo celebrado em 5 de dezembro de 2014. Este empréstimo, sem maturidade, estabelece uma remuneração de 4,75% no período inicial de cinco anos, a partir do qual a taxa de juro aplicável é “Euribor a 6 meses + 475 pb”.

Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Tomadores de seguros e intermediários	12.627.169	24.221.200
Resseguradores	2.559.319	9.535.571
Credores por operações seguro e resseguro	15.186.488	33.756.771
Outros credores	58.404.305	155.518.340
Total	73.590.793	189.275.111

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euro 17.743.000 (2013: Euro 17.700.000) relativo às comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Millenniumbcp Ageas.

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euro 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Adicionalmente, os Outros credores incluem o montante de Euro 7.680.000 (2013: Euro 126.500.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de ativos financeiros no fim do ano.

Nota 30 – Acréscimos e diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2013, os acréscimos de custos incluíam o montante de Euro 3.737.000 relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de ativos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2014 não existem valores pendentes de regularização.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, os acréscimos de custos incluíam uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (“FAT”), no montante de Euro 975.000, conforme referido nas políticas contabilísticas. Em resultado da desconsolidação da Ocidental Seguros a partir de 30 de junho 2014, a Millenniumbcp Ageas não tem reconhecido qualquer acréscimo relativo ao FAT à data do balanço.

Nota 31 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Provisão para impostos	-	93.437
Outras provisões	4.049.126	7.638.399
Total	4.049.126	7.731.836

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	7.731.836	5.294.797
Dotação exercício - DG's	(2.074.825)	2.587.039
Reversão exercício	-	(150.000)
Impacto da transacção Não Vida	(1.607.885)	-
Saldo em 31 de dezembro	4.049.126	7.731.836

Em resultado do processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tem uma provisão registada no montante de Euro 1.890.000 (2013: Euro 3.800.000). A reversão do exercício inclui o montante de Euro 381.000, transferido para o Fundo de Pensões do Grupo, resultante dos empregados que aceitaram o plano em 2014 (ver nota 24).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

Nota 32 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000.475 ações com o valor nominal de Euro 5 cada.

Em 23 de junho de 2014, na sequência duma deliberação do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das suas ações na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e na Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, ambas integralmente detidas. A partir de 30 de junho 2014 estas Companhias deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas.

Adicionalmente, em junho de 2014, com o objectivo de otimizar a gestão de capital, a Millenniumbcp Ageas reduziu o capital social no montante de Euro 225.000.000, permitindo um retorno aos seus acionistas pelo mesmo montante (ver nota 40). Consequentemente, o capital da Millenniumbcp Ageas é actualmente representado por 155.000.475 ações, de valor nominal de Euro 5 cada.

Os acionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance International, N.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. (*)	49
	100

(*) Através do BCP Investment B.V., detido a 100% pelo Banco Comercial Português S.A.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 f), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos ativos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos ativos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2014 e 2013, são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldos em 01 de janeiro	65.904.409	8.897.258
Ajustamentos no justo valor	190.049.446	56.667.755
Vendas	(2.650.947)	339.396
Saldos em 31 de dezembro	253.302.908	65.904.409

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

		<i>Eur</i>	
	Nota	2014	2013
Custo amortizado	17	4.117.218.880	4.572.339.117
Imparidade	17	(23.698.730)	(7.266.872)
Custo amortizado, líquido de imparidade		4.093.520.150	4.565.072.245
Justo valor	17	4.346.823.058	4.630.976.654
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação		253.302.908	65.904.409
Participação nos resultados a atribuir	23	(103.972.279)	(3.010.369)
Reserva reavaliação de investimentos disponiveis para venda		149.330.629	62.894.040
Reserva reavaliação de investimentos detidos até à maturidade	19	(96.002.341)	(121.493.034)
Total		53.328.288	(58.598.994)

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 u). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

A Millenniumbcp Ageas distribuiu dividendos aos seus acionistas no valor de Euro 65.000.000 e Euro 280.000.000, respetivamente em março 2014 e dezembro de 2014.

Adicionalmente, em junho de 2014, foi distribuído um dividendo em espécie correspondendo à totalidade das ações da Ocidental Seguros e da Médis. Considerando que esta transação corresponde a uma distribuição de ações das referidas subsidiárias, que eram controladas pela mesma entidade antes e após a transação, para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, este dividendo em espécie foi valorizado ao valor de balanço das ações distribuídas, pelo montante de Euro 176.942.089 (ver nota 41).

O capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	775.002.375	-	-	-	-	-	-	775.002.375
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	253.302.908	(98.893.141)	154.409.767	-	-	-	154.409.767
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(103.972.279)	30.671.822	(73.300.457)	-	-	-	(73.300.457)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(96.002.341)	24.000.585	(72.001.756)	-	-	-	(72.001.756)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	61.489.121	61.489.121
Resultados transitados	-	-	-	-	-	(22.733.916)	-	(22.733.916)
Reserva legal	-	-	-	-	20.614.228	-	-	20.614.228
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(5.189.260)	-	-	(5.189.260)
Saldos 31 dezembro 2014	775.002.375	53.328.288	(44.220.734)	9.107.554	15.424.968	(22.733.916)	61.489.121	838.290.102

DPV - Disponíveis para venda / IDM - Detidos até à maturidade

O capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

<i>Eur</i>								
	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação - ADV, líquida	-	65.904.409	(45.738.663)	20.165.746	-	-	-	20.165.746
Reservas de reavaliação ADV transferidos para IDM, líquida	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	(2.062.103)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(121.493.034)	30.373.260	(91.119.774)	-	-	-	(91.119.774)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.895.627	82.895.627
Resultados transitados	-	-	-	-	-	434.543.043	-	434.543.043
Reserva legal	-	-	-	-	8.557.667	-	-	8.557.667
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	(9.778.022)	-	-	(9.778.022)
Saldos 31 dezembro 2013	1.000.002.375	(58.598.994)	(14.417.137)	(73.016.131)	(1.220.355)	434.543.043	82.895.627	1.443.204.559

DPV - Disponíveis para venda / IDM - Detidos até à maturidade

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

Nota 33 - Conta técnica Não Vida por ramo

	2014					2013					<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.907.062	12.289.647	11.905.180	1.641.155	107.743.044	157.522.987	25.285.015	21.641.833	3.715.937	208.165.772	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(58.653.770)	(7.632.285)	(9.372.341)	145.137	(75.513.259)	(112.670.800)	(16.201.201)	(17.172.556)	(594.326)	(146.638.883)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	923.257	(711.692)	140.408	(55.074)	296.899	(530.570)	529.798	(356.164)	106.381	(250.555)	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(175.325)	-	-	-	(175.325)	(395.608)	-	-	-	(395.608)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(16.062.084)	(3.284.433)	(2.944.848)	(908.876)	(23.200.241)	(31.414.061)	(7.635.740)	(5.715.776)	(1.357.528)	(46.123.105)	
Rendimentos	1.816.457	223.507	313.543	93.168	2.446.675	3.279.694	468.486	573.625	182.351	4.504.156	
Gastos financeiros	(250.237)	(48.985)	(76.605)	(22.374)	(398.201)	(644.062)	(131.759)	(208.803)	(60.493)	(1.045.117)	
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	(49.803)	(4.007)	(5.396)	(1.605)	(60.811)	114.472	22.405	29.021	9.039	174.937	
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	101.704	(4.197)	-	-	97.507	125.082	(2.604)	-	-	122.478	
Margem técnica	9.557.261	827.555	(40.059)	891.531	11.236.288	15.387.134	2.334.400	(1.208.820)	2.001.361	18.514.075	
Proveito dos investimentos					(54.869)					603.682	
Mais/(menos) valias realizadas					(4.793)					74.534	
Despesas gerais					(62.289)					(152.722)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos					118.557					(490.860)	
Resultado não técnico					(3.394)					34.634	
Resultado antes de impostos					11.232.894					18.548.709	

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	-	-	-	-	-	84.498.481	20.521.577	32.135.808	9.507.324	146.663.190
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	7.620.926	6.098.446	506.047	3.681.464	17.906.883

Nota 34 - Conta técnica do ramo Vida por produto

	2014				2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	152.256.470	651.291.628	-	803.548.098	155.877.174	437.754.857	-	593.632.031
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	34.970.959	34.970.959	-	-	62.982.600	62.982.600
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.862.403)	(809.890.240)	-	(853.752.643)	(59.006.480)	(776.011.645)	-	(835.018.125)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(20.111.873)	88.419.143	-	68.307.270	(2.474.691)	271.416.772	-	268.942.081
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.243.588)	(12.510.997)	-	(17.754.585)	(5.805.389)	(34.484.258)	-	(40.289.647)
Custos e gastos de exploração líquidos	(20.362.567)	(24.445.946)	(18.424.355)	(63.232.868)	(18.826.919)	(23.985.958)	(22.068.798)	(64.881.675)
Rendimentos	9.346.456	125.680.842	-	135.027.298	8.810.317	135.424.784	-	144.235.101
Gastos financeiros	(763.003)	(6.447.842)	(5.451.654)	(12.662.499)	(755.282)	(6.481.829)	(8.535.840)	(15.772.951)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(383.432)	(20.429.659)	(9.639)	(20.822.730)	8.405	(772.487)	(9.602)	(773.684)
Amortização do VOBA	(18.786.550)	(2.200.335)	(259.088)	(21.245.973)	(19.616.613)	(2.495.117)	(334.243)	(22.445.973)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	31.997	467.002	-	498.999	84.699	496.003	-	580.702
Margem técnica	52.121.507	(10.066.404)	10.826.223	52.881.326	58.295.221	861.122	32.034.117	91.190.460
Proveito dos investimentos				6.835.165				9.272.822
Mais/(menos) valias realizadas				16.554.089				3.276.120
Despesas gerais				(4.832.001)				(4.908.120)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				3.518.126				8.534.538
Resultado não técnico				22.075.380				16.175.360
Resultado antes de impostos				74.956.706				107.365.820

II.8 Outras Notas

Nota 35 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Remunerações	638.852	1.356.030
Contribuição para fundo pensões	2.935	16.193
	641.787	1.372.223

Os impactos das transações com partes relacionadas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>				
Balanco	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	127.968.084	-	-	-	127.968.084
Empréstimos concedidos e contas receber	497.141.340	-	-	-	497.141.340
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.060.136	-	-	-	75.060.136
Investimentos a deter até à maturidade	16.957.258	-	-	-	16.957.258
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.210.374.887	74.249.149	-	-	2.284.624.036
Outros ativos	263.339	7.547	-	-	270.886
Total do ativo	2.927.765.044	74.256.696	-	-	3.002.021.740
Provisões técnicas	(103.194.434)	-	-	-	(103.194.434)
Outros passivos financeiros	(58.800.000)	(61.200.000)	-	-	(120.000.000)
Outros passivos	(13.172.657)	(467.181)	(27.240)	(2.105.157)	(15.772.235)
Total do passivo	(175.167.091)	(61.667.181)	(27.240)	(2.105.157)	(238.966.669)
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	2.752.597.953	12.589.515	(27.240)	(2.105.157)	2.763.055.071
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	3.765.318.193	74.203.745	(27.622)	(4.355.614)	3.835.138.702

	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Demonstração de resultados					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.628.872	-	33.403.442	-	44.032.314
Dividendos e juros a receber	90.054.679	3.688.206	-	-	93.742.885
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	296.754	-	-	-	296.754
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	80.090.315	(513.110)	-	-	79.577.205
Outros Proveitos	-	53.545	-	-	53.545
Total de proveitos	181.070.620	3.228.641	33.403.442	-	217.702.703
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(14.191.290)	-	(18.106.631)	-	(32.297.921)
Custos de aquisição	(61.926.526)	-	-	-	(61.926.526)
Gastos gerais e administrativos	(9.134.514)	(1.128.567)	(57.895)	(742.173)	(11.063.149)
Total de custos	(85.252.330)	(1.128.567)	(18.164.526)	(742.173)	(105.287.596)
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	95.818.290	2.100.074	15.238.916	(742.173)	112.415.107
Líquido Proveitos / (Custos) 2013	141.060.434	28.790.423	15.067.150	(1.452.039)	183.465.968

	<i>Eur</i>				
Balanco	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Redução Capital	(110.250.000)	(114.750.000)	-	-	(225.000.000)
Resultados transitados e outras reservas (transacção Não vida)	86.701.624	90.240.465	-	-	176.942.089
Dividendos pagos	(169.050.000)	(175.950.000)	-	-	(345.000.000)
Líquido variações no capital proprio	(192.598.376)	(200.459.535)	-	-	(393.057.911)

As transações com o Grupo BCP são referentes, maioritariamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 36 – Ativos sob gestão

A Pensõesgere é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão são analisados, por tipo de investimento, como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Títulos de rendimento variável	2.158.201.240	2.076.938.822
Títulos de rendimento fixo	2.419.248.566	1.821.438.885
Propriedades de investimento	365.413.873	467.217.159
Total	4.942.863.679	4.365.594.866

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	4.365.594.866	4.189.701.118
Contribuições líquidas	265.199.347	(79.958.571)
Mais/ (menos) valias realizæ	320.278.312	257.046.784
Transferências	(8.208.846)	(1.194.465)
Saldo em 31 de dezembro	4.942.863.679	4.365.594.866

Nota 37 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Millenniumbcp Ageas, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Millenniumbcp Ageas, assumir riscos é intrínseco à forma como cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de *rating*. O objetivo é assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Millenniumbcp Ageas vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento sustentável e rentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Millenniumbcp Ageas está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Millenniumbcp Ageas está suportada num processo com princípios de orientação, e num quadro robusto e formalizado. A Estrutura de Gestão de Risco é definida através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Millenniumbcp Ageas está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO), que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, está implementada dentro da Millenniumbcp Ageas uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar as Companhias.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os *Riscos Financeiros*, *Operacionais* e *Específicos de Seguros* são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os *Riscos Estratégicos* são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os *Riscos Estratégicos* cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Millenniumbcp Ageas em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Na Millenniumbcp Ageas, os *Riscos Estratégicos* são geridos através do processo do *Key Risk Reporting* (KRR), o qual contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente a realização dos objetivos estratégicos da Millenniumbcp Ageas. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos *Riscos Estratégicos*.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das principais categorias de risco na Millenniumbcp Ageas é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento da Millenniumbcp Ageas são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso, o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos Riscos de Mercado, as quais delega no Comité de Risco e no Comité de Investimentos.
- O Departamento de Gestão de Risco e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de Riscos Financeiros da Millenniumbcp Ageas;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e à Comissão Executiva;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por Supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos Limites de Risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor os Limites de *Apetite ao Risco* bem como os limites agregados ao risco;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser Membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a Estratégia de Investimento global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Millenniumbcp Ageas é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas, estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações, derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e risco de incumprimento, a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas é elaborada de maneira a assegurar que todos os riscos relacionados com crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao risco de *spread* pela detenção de títulos ou participações num ressegurador ou risco de contraparte via proteção de resseguro.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Millenniumbcp Ageas são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Millenniumbcp Ageas contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Millenniumbcp Ageas como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizadas para reduzir o risco de mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos. Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas (Eur). A Millenniumbcp Ageas definiu que todo risco de câmbio deverá estar coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2014		2013	
		%		%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.346.823.058	100,0%	4.630.976.654	100,0%
Dívida pública	2.096.027.476	48,2%	1.892.008.788	40,9%
Obrigações	1.931.846.219	44,4%	2.448.597.396	52,9%
Ações	43.642.900	1,0%	43.673.623	0,9%
Fundos de investimento:				
Obrigações	67.599.947	1,6%	66.283.874	1,4%
Ações	45.591.928	1,0%	9.876.645	0,2%
Imobiliário	162.114.588	3,8%	170.536.328	3,7%
Ativos financeiros ao justo valor	4.802.041.400	100,0%	5.072.840.751	100,0%
Dívida pública	1.144.809.277	23,8%	782.424.084	15,4%
Obrigações	2.919.209.151	60,8%	3.862.441.027	76,1%
Fundos de investimento:				
Obrigações	362.436.824	7,6%	199.492.866	3,9%
Ações	302.969.220	6,3%	184.908.567	3,6%
Imobiliário	20.032.265	0,4%	2.131.053	0,0%
Alternativos	52.584.663	1,1%	41.443.154	0,8%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	541.018.989	100,0%	623.044.374	100,0%
Dívida pública	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Obrigações	86.113.891	15,9%	138.043.631	22,2%
Detidos para negociação	155.418.929	100,0%	189.374.495	100,0%
Derivados de negociação	155.418.929	100,0%	189.374.495	100,0%
Total	9.845.302.376		10.516.236.275	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2014	2013
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	127.968.084	260.222.845
Empréstimos e contas a receber	497.141.340	472.198.695
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	35.908.082	26.482.419
Investimentos a deter até à maturidade	541.018.989	623.044.374
Total	1.202.036.495	1.381.948.333
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	127.493.160	14.302.060
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	73.668.119	189.275.111
Total	201.161.279	203.577.171

As ações detidas pela Millenniumbcp Ageas são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	42.844.400	98,2%	38.983.873	89,3%
Consumíveis não cíclicos	798.500	1,8%	4.689.750	10,7%
	43.642.900	100,0%	43.673.623	100,0%

As obrigações detidas pela Millenniumbcp Ageas são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.096.027.476	52,0%	1.892.008.788	43,6%	1.144.809.277	28,2%	782.424.084	16,8%	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Instituições financeiras	1.146.645.233	28,5%	1.552.551.025	35,8%	2.527.217.622	62,2%	3.238.609.357	69,7%	16.957.258	3,1%	20.385.627	3,3%
Operações de securitização	40.370.503	1,0%	16.390.003	0,4%	5.693	0,0%	91.816	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	87.577.776	2,2%	115.974.692	2,7%	43.504.513	1,1%	210.713.781	4,5%	-	0,0%	50.436.162	8,1%
Setores básicos e energéticos	341.379.646	8,5%	341.700.955	7,9%	9.095.831	0,2%	32.819.901	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	12.495.994	0,3%	15.858.391	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	27.091.587	0,7%	53.794.312	1,2%	-	0,0%	39.695.015	0,9%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	71.818.955	1,8%	78.466.786	1,8%	12.131.891	0,3%	5.181.600	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	142.934.750	3,5%	183.080.928	4,2%	53.280.507	1,3%	65.755.745	1,4%	-	0,0%	-	0,0%
Materias primas	10.452.317	0,3%	9.024.419	0,2%	179.625.907	4,4%	178.665.050	3,8%	10.943.061	2,0%	10.495.986	1,7%
Diversos	4.237.870	0,1%	8.540.038	0,2%	94.325.740	2,3%	90.878.511	2,0%	58.213.572	10,8%	56.725.856	9,1%
Energia	46.841.588	1,2%	73.215.847	1,7%	21.447	0,0%	30.251	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	4.027.873.695	100,0%	4.340.606.184	100,0%	4.064.018.428	100,0%	4.644.865.111	100,0%	541.018.989	100,0%	623.044.374	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	463.912.401	11,5%	510.494.975	11,8%	491.081	0,0%	426.361	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AA	439.483.618	10,9%	736.508.198	17,0%	510.180	0,0%	637.207	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
A	601.498.418	14,9%	531.683.511	12,2%	44.421.721	1,1%	34.719.397	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	558.419.269	13,9%	787.522.686	18,1%	243.712.672	6,0%	240.924.832	5,2%	10.943.061	2,0%	10.495.986	1,7%
BB	1.935.444.956	48,1%	1.556.964.356	35,9%	1.457.757.837	35,9%	1.515.317.952	32,6%	472.856.748	87,4%	514.263.016	82,5%
B	29.093.333	0,7%	165.765.437	3,8%	2.260.563.279	55,6%	2.805.258.679	60,4%	57.219.180	10,6%	98.285.372	15,8%
CCC	-	0,0%	2.910.731	0,1%	51.398.030	1,3%	47.369.755	1,0%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	21.700	0,0%	48.756.290	1,1%	5.163.628	0,1%	210.928	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	4.027.873.695	100,0%	4.340.606.184	100,0%	4.064.018.428	100,0%	4.644.865.111	100,0%	541.018.989	100,0%	623.044.374	100,0%
Dívida pública	2.096.027.476	52,0%	1.892.008.788	43,6%	1.144.809.277	28,2%	782.424.084	16,8%	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Obrigações	1.931.846.219	48,0%	2.448.597.396	56,4%	2.919.209.151	71,8%	3.862.441.027	83,2%	86.113.891	15,9%	138.043.631	22,2%
Total	4.027.873.695	100,0%	4.340.606.184	100,0%	4.064.018.428	100,0%	4.644.865.111	100,0%	541.018.989	100,0%	623.044.374	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	625.109.424	100,0%	732.421.540	100,0%
Seguros e outras operações				
AA	29.995	0,1%	2.891.422	10,9%
A	-	0,0%	2.536.129	9,6%
BBB	-	0,0%	684.014	2,6%
Sem rating	35.878.087	99,9%	20.370.854	76,9%
Total	35.908.082	100,0%	26.482.419	100,0%
Total	661.017.506		758.903.959	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Millenniumbcp Ageas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda				
	Portugal	Luxemburgo	Germany	Total	%
Obrigações	-	67,599,947	-	67,599,947	24,6%
Ações	795,773	9,564,800	35,231,355	45,591,928	16,6%
Imobiliário	162,114,588	-	-	162,114,588	58,9%
Alternativos	-	-	-	-	0,0%
Total a dezembro de 2014	162,910,361	77,164,747	35,231,355	275,306,463	100,0%
Obrigações	-	66,283,874	-	66,283,874	26,9%
Ações	-	-	-	-	4,0%
Imobiliário	170,536,328	-	-	170,536,328	69,1%
Alternativos	-	-	-	-	0,0%
Total a dezembro de 2013	172,347,893	74,348,954	-	246,696,847	100,0%

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos financeiros ao justo valor									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	430,340	337,921,437	-	11,884,501	-	-	12,200,546	-	362,436,824	49,1%
Ações	115,190	243,324,840	7,595,288	20,377,771	-	1,800,951	29,755,180	-	302,969,220	41,1%
Imobiliário	-	20,032,265	-	-	-	-	-	-	20,032,265	2,7%
Alternativos	-	15,584,082	-	32,784,568	768,980	-	-	3,447,033	52,584,663	7,1%
Total a dezembro de 2014	545,530	616,862,624	7,595,288	65,046,840	768,980	1,800,951	41,955,726	3,447,033	738,022,972	100,0%
Obrigações	421,731	177,733,166	5,970,672	14,825,586	-	-	541,711	-	199,492,866	46,6%
Ações	114,491	170,472,829	-	9,666,610	-	311,366	4,343,271	-	184,908,567	43,2%
Imobiliário	-	2,131,053	-	-	-	-	-	-	2,131,053	0,5%
Alternativos	-	22,608,051	-	8,918,763	7,398,722	-	419,484	2,098,134	41,443,154	9,7%
Total a dezembro de 2013	536,222	372,945,099	5,970,672	33,410,959	7,398,722	311,366	5,304,466	2,098,134	427,975,640	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração de Mercado. Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Millenniumbcp Ageas enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

							Eur
Risco de liquidez 2014	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	141.005.141	401.670.835	752.060.332	1.942.372.580	1.676.566.844	69.492.746	4.983.168.478
Ativos financeiros a taxa variável	33.340.248	38.660.797	39.305.074	154.287.949	37.291.587	-	302.885.655
Outros ativos financeiros	62.139.618	85.282.949	433.636.203	64.836.653	192.650.364	252.549.431	1.091.095.218
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	27.269.055	254.290.522	186.471.310	2.412.541.776	1.898.338.679	738.022.971	5.516.934.313
Ativos Financeiros	263.754.062	779.905.103	1.411.472.919	4.574.038.958	3.804.847.474	1.060.065.148	11.894.083.664
Ativos Não Financeiros	191.539	383.078	1.799.731	432.971.167	3.871.939	-	439.217.454
Total de Ativos	263.945.601	780.288.181	1.413.272.650	5.007.010.125	3.808.719.413	1.060.065.148	12.333.301.118
Outros passivos financeiros	37.561.098	6.041.515	10.084.476	27.474.190	-	120.000.000	201.161.279
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.931.755	110.662.174	623.252.794	2.329.400.900	2.386.399.162	-	5.463.646.785
Passivos Financeiros	51.492.853	116.703.689	633.337.270	2.356.875.090	2.386.399.162	120.000.000	5.664.808.064
Passivos Não Financeiros	63.153.369	139.861.151	613.321.541	1.152.714.617	2.959.455.987	-	4.928.506.665
Total de Passivos	114.646.222	256.564.840	1.246.658.811	3.509.589.707	5.345.855.149	120.000.000	10.593.314.729

							Eur
Risco de liquidez 2013	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	221.048.441	540.811.607	1.264.384.121	2.079.491.820	1.090.617.833	-	5.196.353.822
Ativos financeiros a taxa variável	15.819.970	12.940.596	72.631.753	223.909.279	37.820.338	-	363.121.936
Outros ativos financeiros	168.174.446	179.449.438	403.399.183	76.101.043	121.154.345	290.370.470	1.238.648.925
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.343.158	157.689.145	1.058.543.232	2.383.448.482	1.859.309.363	427.975.640	5.908.310.020
Ativos Financeiros	426.386.015	890.890.786	2.798.958.289	4.762.951.624	3.108.901.879	718.346.110	12.706.434.703
Ativos Não Financeiros	2.805.907	5.611.813	27.497.614	102.573.934	22.807.445	387.855.593	549.152.306
Total de Ativos	429.191.922	896.502.599	2.826.455.903	4.865.525.558	3.131.709.324	1.106.201.703	13.255.587.009
Outros passivos financeiros	35.317.177	20.426.615	13.891.826	133.733.180	185.085	23.288	203.577.171
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	26.963.901	209.716.673	739.360.447	2.733.734.670	1.907.000.332	-	5.616.776.023
Passivos Financeiros	62.281.078	230.143.288	753.252.273	2.867.467.850	1.907.185.417	23.288	5.820.353.194
Passivos Não Financeiros	52.355.557	188.537.635	679.654.201	1.759.004.104	2.465.637.407	-	5.145.188.904
Total de Passivos	114.636.635	418.680.923	1.432.906.474	4.626.471.954	4.372.822.824	23.288	10.965.542.098

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Millenniumbcp Ageas para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (floating rate notes) o cupão pago em dezembro de 2014 e 2013 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

Riscos com Responsabilidade de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Millenniumbcp Ageas gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (underwriting), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Risk Officer é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Appetite ao Risco de Subscrição bem como o Appetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as regras e regulamentos estabelecidos na Millenniumbcp Ageas;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco do Grupo. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Millenniumbcp Ageas estão envolvidas na Gestão de Risco com Responsabilidade de Seguros diversas áreas, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;

- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Ageas que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Ageas celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4.400.000	110.000
Vida/Invalidez	Quota Parte	4.400.000	110.000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	300.000

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Millenniumbcp Ageas está disposto a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Millenniumbcp Ageas.

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais. De acordo com a taxonomia de risco da Millenniumbcp Ageas, os riscos específicos de seguros estão definidos como riscos de responsabilidades de seguros de vida.

Riscos com Responsabilidade de Seguros de Vida

O risco específico de Seguros de Vida é dividido em dois grandes blocos: Risco de Subscrição de Vida e o Risco de Catástrofe.

Os sinistros relativos aos produtos de Vida Risco e de Rendas Vitalícias são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. A diminuição na taxa de mortalidade é conhecida como Risco de Longevidade, enquanto o aumento da mesma considera-se como

Risco de Mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de Vida Risco e uma diminuição dos sinistros para os produtos de Rendas Vitalícias, enquanto o decréscimo nas taxas de mortalidade terá o impacto exatamente oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo Vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou nas despesas a curto prazo podem também ter um impacto significativo.

O Risco de Longevidade é gerido através do *pricing* do regulamento de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O Risco de Mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. Este risco é mitigado através do regulamento de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Millenniumbcp Ageas os pressupostos são os seguintes:

	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
Risco	PM 60/64 or GKM 80	3% or 4%
Rendas*	TV 73/77, GKF 80, GKF 95	2,75%, 3%, 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 or GKF 80	0%, 2%, 2,4%, 3%, 3,25% or 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%.

Em 31 dezembro de 2014 e de 2013, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	2014		2013	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	65% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	50% GKM95	47,5% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	50% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	45% GKF95	40% GKM95	45% GKF95

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e regulamento de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Ageas também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base

em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

Vida [EUR]		
Análises de Sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2014	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013
Taxas de juro sem risco +100bp	32,469,335	13,997,895
Taxas de juro sem risco -100bp	(67,920,047)	(35,766,833)
Imobiliário e ações -10%	(27,507,068)	(23,449,822)
Despesas gerais -10%	11,562,069	11,460,913
Taxas de Mortalidade -5%	7,448,339	8,149,541
Taxas de anulação/resgate -10%	8,575,964	15,628,230

Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a todo o Grupo.

O risco operacional na Millenniumbcp Ageas é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o Comité de Risco Operacional e de controlo interno que gere o risco operacional no Grupo. Além disso, a Millenniumbcp Ageas adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no Risk Reporting e discutidos no Comité de Risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da MillenniumbcpAgeas através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Millenniumbcp Ageas, a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM).

Em particular, engloba processos de todo o Grupo, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro do Grupo sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas na gestão de risco operacional;
- Risk Reporting: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para o Grupo e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvide a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;

- **Segurança de Informação:** define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Ageas;
- **Desenho de processos (BPM) Controlo Interno:** tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, o Grupo:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo o Grupo, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base o respetivo regulamento do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Millenniumbcp Ageas.

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida é a seguinte:

		<i>Eur</i>		
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2014				
Vida	56.503.401	47.004.044	17.191.750	7.692.394

		<i>Eur</i>		
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2012	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2013				
Vida	35.899.587	37.598.305	17.484.090	19.182.808

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2014.

A Millenniumbcp Ageas faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Capital	775.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	24.532.522	(74.236.485)
Resultados Transitados	(22.733.916)	434.543.043
Resultado Líquido do Exercício	61.489.121	82.895.627
Distribuição de Resultados do Exercício	(60.000.000)	(65.000.000)
Total Situação Líquida (1)	778.290.102	1.378.204.560
Activos Intangíveis	(353.594.550)	(433.290.726)
Empréstimos Subordinados	120.000.000	-
Total (2)	(233.594.550)	(433.290.726)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	544.695.552	944.913.834
Margem de Solvência Exigida	250.965.864	298.349.645
Excesso / Insuficiência	293.729.688	646.564.189
Rácio Solvência	217%	317%

Embedded Value

O embedded value fornece uma estimativa do valor dos acionistas numa operação do ramo vida, excluindo o valor que poderá vir a ser adicionado pela produção nova futura. O embedded value é igual à soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os resultados apresentados foram preparados pela Direção de Gestão de Risco e Atuariado.

O valor da carteira em vigor é dado pelo valor atual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção duma margem de solvência igual a 200% da margem mínima exigida pela regulamentação em vigor. O custo da margem de solvência (custo de capital) reflecte os custos de investimento e os impostos sobre os rendimentos dos capitais afetos à margem de solvência, mas não inclui o custo de oportunidade como nos modelos tradicionais que origina maiores custos de capital.

Na determinação dos valores apresentados, foram não só aplicados os princípios estabelecidos ao nível do Grupo Ageas, mas também os European Embedded Value Principles (EEV), ou seja, os cálculos contemplam o custo associado às opções e garantias (CFOG) e aos riscos não financeiros (CNFR) existentes ao nível da carteira em vigor.

No quadro seguinte apresentam-se o embedded value e o valor adicionado pela produção nova do segmento Vida da Millenniumbcp Ageas.

	2014	2013
Embedded value (EV) em 1 de Janeiro (avaliação anterior)	1,260,230	1,013,661
Reajustamento ao EV de abertura	-6,073	3,766
Alteração de pressupostos não económicos	5,538	5,838
Alteração de pressupostos económicos	-71,580	22,824
Performance da carteira em vigor	90,572	128,437
Valor adicionado pela produção nova	42,158	31,398
Impacto da variação no ano	27,858	54,306
EV em 31 de Dezembro, antes da distribuição de dividendos	1,348,703	1,260,230
Dividendos distribuídos aos acionistas	-570,000	-
EV em 31 de Dezembro, após distribuição de dividendos	778,703	1,260,230

Os reajustamentos ao embedded value de abertura em 2014 refletem os impactos resultantes de melhorias no modelo de cálculo VIPiTech, da substituição do prémio de iliquidez pelo volatility adjustment seguindo as orientações da EIOPA e da correção de alguns erros detetados ao nível do modelo local (Prophet), não sendo contudo estes impactos materialmente relevantes.

A diminuição das taxas de juro sem risco teve um impacto global negativo, pois o efeito negativo observado nos produtos de capitalização e rendas vitalícias (margem e desconto) é maior do que o efeito positivo em vida risco e unit linked. Salieta-se que a redução dos spreads das obrigações do tesouro e corporate é, no modelo, considerada como impacto económico.

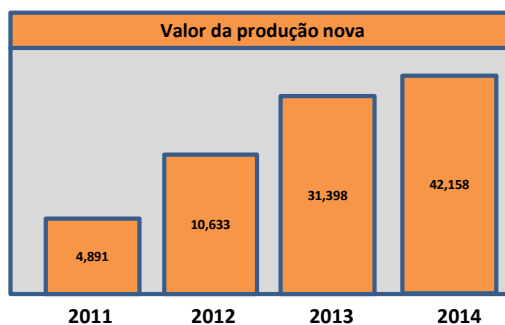
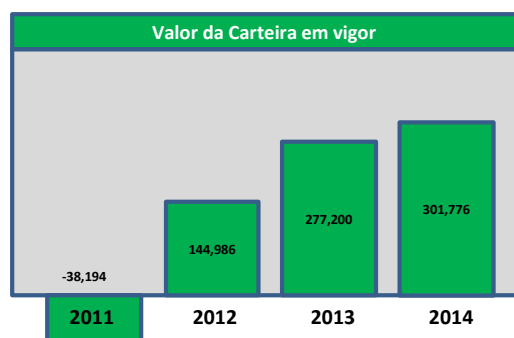
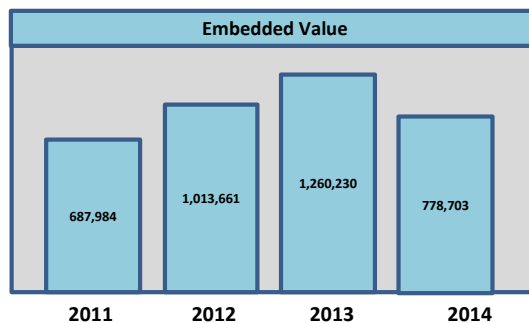
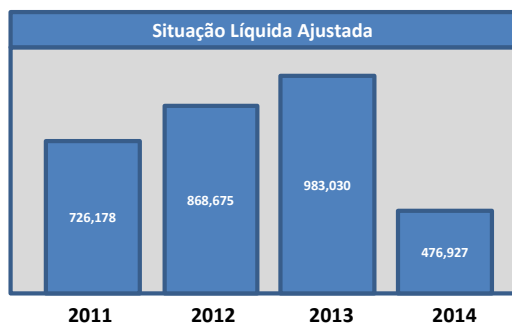
No que diz respeito aos pressupostos não-económicos, o impacto positivo resultante da redução esperada nas taxas de inflação futura, da redução do IRC e da diminuição dos custos unitários é maior do que os impactos negativos originados pela diminuição das taxas de resgate dos produtos de capitalização.

Tal como observado no ano passado, a melhoria significativa registada ao nível das valias potenciais da carteira obrigacionista existente nos fundos autónomos explica o aumento do valor associado aos produtos com garantias (produtos de capitalização e rendas vitalícias), por via da diminuição do custo dessas mesmas garantias fruto da melhoria esperada ao nível dos rendimentos gerados pela carteira de investimentos numa ótica “market consistent”. O efeito combinado da valorização dos mercados de capitais com a desvalorização observada nos fundos imobiliários traduziu-se num impacto marginalmente negativo.

A performance da carteira em vigor reflete, não só o resultado esperado no ano em análise, mas também um resultado adicional proveniente dos riscos implícitos ao nível da modelização, cuja explicação reside maioritariamente na diferença entre o montante dos cupões das obrigações em carteira numa ótica “risk neutral” e segundo a melhor estimativa.

A tendência crescente do valor associado à produção nova iniciada em 2012, reforçou-se em 2014, tendo aumentado de 20,6% para 30,9% dos prémios anuais equivalentes (definidos como prémios das apólices regulares acrescidos de 10% dos prémios únicos), fruto de decisões de gestão, nomeadamente: maior volume de prémios dos seguros de vida temporários, melhoria das margens das rendas e dos produtos financeiros com garantias de capital e/ou rendimento, não obstante a diminuição de volumes e margem nos *unit linked*. A margem dos produtos financeiros foi também positivamente influenciada pelo *mix* de produtos desenvolvidos e comercializados durante 2014.

Evolução do Embedded Value (Milhares de Euros)



Principais pressupostos económicos

	2014	2013
Curva de taxa de juro	Sem risco + 0.19% *	Sem risco + 0.20% *
1 yr	0.25%	1 yr 0.50%
5 yr	0.45%	5 yr 1.37%
10 yr	0.91%	10 yr 2.32%
20 yr	1.27%	20 yr 2.95%
Volatilidade		
Ações	22.4%	Ações 13.7%
Imobiliário	2.16%	Imobiliário 2.1%
Inflation	1.40% **	1.81% **
Tax rate	29.5%	31.5%

* Estes ajustamentos de 19bp e de 20bp à curva *swap* foram baseados em dados disponíveis nos mercados.

** A taxa de inflação baseia-se numa curva *swap* específica, acrescida dum ajustamento tipo "spread";
é indicada a taxa de inflação para o 5º ano

Os pressupostos assumidos para a mortalidade, resgates, anulações e suspensões de prémios resultam dos estudos efetuados pela Millenniumbcp Ageas tendo por base os dados reais da sua carteira de apólices. As despesas de gestão atribuíveis à função vida, baseadas na experiência recente, foram divididas entre aquisição (produção nova) e manutenção (carteira em vigor), as despesas consideradas como extraordinárias e, portanto, excecionais, foram identificadas uma a uma, não tendo sido incluídas no cálculo dos custos unitários.

Assumiu-se que os métodos e bases utilizadas no cálculo das reservas matemáticas, da participação nos resultados e de outros benefícios previstos nas apólices permanecerão inalterados, assumiu-se ainda que a atual legislação e taxa de imposto permanecerão inalteradas.

Nota 38 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos do Grupo são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Investimentos a deter até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

Os ativos e passivos financeiros do Grupo registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Euro			
		2014		2013	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	127.968.084	127.968.084	260.222.845	260.222.845
Aplicações em instituições de crédito	1	497.141.340	497.141.340	472.198.695	472.198.695
Investimentos detidos até à maturidade	1	585.094.229	445.557.286	561.459.455	475.043.690
Investimentos detidos até à maturidade	2	92.669.733	85.663.545	144.536.890	137.497.605
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	35.908.082	35.908.082	26.482.419	26.482.419
		<u>1.338.781.468</u>	<u>1.192.238.337</u>	<u>1.464.900.304</u>	<u>1.371.445.254</u>
Passivos subordinados	3	120.000.000	120.000.000	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	3	7.493.160	7.493.160	14.302.060	14.302.060
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	73.590.793	73.590.793	189.275.111	189.275.111
		<u>201.083.953</u>	<u>201.083.953</u>	<u>203.577.171</u>	<u>203.577.171</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 39 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, as quais estão relacionadas com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o total de garantias bancárias era de Euro 92.000 (2013: Euro 145.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	<i>Eur</i>			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	61.394	169.282	198.108	428.784

Nota 40 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

Demonstração dos resultados	Eur	
	2014	2013
Dividendos	337.000.000	240.500.000
Juros e outros proveitos similares	1.024.504	1.266.066
Total de proveitos	338.024.504	241.766.066
Total de custos	(654.329)	(634.860)
Resultado líquido do exercício	337.370.175	241.131.206
Balanço		
	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	889.953.125	999.953.125
Outros investimentos	75.189.298	145.115.346
Outros ativos	122.408.016	184.382.972
Total de ativos	1.087.550.439	1.329.451.443
Capitais próprios	967.135.755	1.309.255.145
Empréstimos subordinados	120.000.000	-
Outros passivos	414.684	20.196.298
Total passivos	120.414.684	20.196.298
Total capitais próprios e passivos	1.087.550.439	1.329.451.443

Em 23 de junho de 2014, na sequência de uma deliberação do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das suas ações na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e na Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, ambas integralmente detidas. Na elaboração destas demonstrações financeiras individuais, este dividendo em espécie foi mensurado ao valor de balanço das ações distribuídas, correspondendo a um montante de Euro 110.000.000.

Ainda em junho de 2014, no sentido de otimizar a gestão de capital, a Millenniumbcp Ageas reduziu o capital social no montante de Euro 225.000.000, permitindo um retorno aos seus acionistas pelo mesmo montante.

Em março 2014, a Millenniumbcp Ageas distribuiu dividendos aos seus acionistas no montante de Euro 65.000.000. Em dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou uma distribuição de dividendos adicional no montante de Euro 280.000.000.

De acordo com um contrato celebrado em 5 de dezembro 2014, os accionistas concederam um empréstimo subordinado à Millenniumbcp Ageas (Ageas (51%) e o Millenniumbcp (49%)), no valor de Euro 120.000.000. Este empréstimo foi igualmente concedido no âmbito das medidas de gestão de capital implementadas pela Sociedade. Na mesma data, a Millenniumbcp Ageas concedeu um empréstimo subordinado à sua subsidiária Ocidental Vida, pelo mesmo montante, prazo e remuneração.

Nota 41 – Alterações no perímetro de consolidação (“transação não vida”)

Conforme referido anteriormente na nota II.1 a), no seguimento da resolução do Conselho de Administração de 23 de junho 2014, o Grupo distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, a totalidade das ações da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. e da Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A., ambas integralmente detidas. Em resultado desta transação, a Millenniumbcp Ageas descontinuou a sua actividade no segmento

Não-Vida. Consequentemente, a partir de 30 de junho de 2014, estas Companhias deixaram de ser consolidadas pela Millenniumbcp Ageas.

À data da transação, 30 de junho 2014, o Balaço das Companhias era o seguinte:

	<i>Eur</i>			
	Ocidental Seguros	Médias	ICO	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14.175.923	5.218.011	-	19.393.934
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.543.523	1.017.409	-	3.560.932
Ativos disponíveis para venda	145.513.166	91.239.097	-	236.752.263
Outros ativos tangíveis	240.322	245.654	-	485.976
Inventários	18.650	-	-	18.650
Outros ativos intangíveis	-	270.638	-	270.638
Provisões técnicas de resseguro cedido	53.954.001	637.183	(36.322.117)	18.269.067
Provisão para prémios não adquiridos	21.138.141	637.183	(11.983.307)	9.792.017
Provisão para sinistros	32.815.860	-	(24.338.810)	8.477.050
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	15.361.696	16.645.181	-	32.006.877
Contas a receber por operações de seguro direto	8.743.019	6.995.673	-	15.738.692
Contas a receber por outras operações de resseguro	5.690.137	8.965.222	-	14.655.359
Contas a receber por outras operações	928.540	684.286	-	1.612.826
Ativos por impostos	1.848.994	422.538	-	2.271.532
Ativos por impostos (e taxas) correntes	778.594	-	-	778.594
Ativos por impostos diferidos	1.070.400	422.538	-	1.492.938
Acréscimos e diferimentos	1.945.175	190.246	-	2.135.421
Total ativo	235.601.450	115.885.957	(36.322.117)	315.165.290
Provisões técnicas	144.868.313	45.461.086	(36.322.117)	154.007.282
Provisão para prémios não adquiridos	43.702.520	14.734.008	(11.983.307)	46.453.221
Provisão para sinistros	96.699.402	29.584.984	(24.338.810)	101.945.576
De acidentes de trabalho	23.393.566	-	-	23.393.566
De outros ramos	73.305.836	29.584.984	(24.338.810)	78.552.010
Provisão para participação nos resultados	-	420.850	-	420.850
Provisão para desvios de sinistralidade	1.026.111	-	-	1.026.111
Provisão para riscos em curso	3.440.280	721.244	-	4.161.524
Outros passivos financeiros	6.455.861	-	-	6.455.861
Depósitos recebidos de resseguradores	6.455.861	-	-	6.455.861
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.573.855	1.155.037	-	3.728.892
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24.838.412	6.414.763	-	31.253.175
Contas a pagar por operações de seguro direto	9.061.407	3.869.609	-	12.931.016
Contas a pagar por outras operações de resseguro	14.570.142	266.538	-	14.836.680
Contas a pagar por outras operações	1.206.863	2.278.616	-	3.485.479
Passivos por impostos e taxas	3.117.703	2.401.649	-	5.519.352
Passivos por impostos (e taxas) correntes	3.117.703	2.401.649	-	5.519.352
Acréscimos e diferimentos	3.020.851	882.895	-	3.903.746
Outras Provisões	1.025.588	582.297	-	1.607.885
Total passivo	185.900.583	56.897.727	(36.322.117)	206.476.193
Capital	12.500.000	12.000.000	-	24.500.000
Reservas de reavaliação	6.662.745	1.923.917	-	8.586.662
Reserva por impostos diferidos e correntes	(1.881.994)	(530.733)	-	(2.412.727)
Outras reservas	9.749.621	3.833.969	-	13.583.590
Resultados transitados	19.829.302	36.567.553	-	56.396.855
Resultado do exercício	2.841.193	5.193.524	-	8.034.717
Total capital próprio	49.700.867	58.988.230	-	108.689.097
Total passivo e capital próprio	235.601.450	115.885.957	(36.322.117)	315.165.290

Considerando que a transação correspondeu à distribuição da totalidade das ações das referidas Companhias, e que o controlo das mesmas, antes e depois da transação não se alterou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, este dividendo em espécie foi valorizado ao valor de balanço das ações distribuídas, correspondendo a um montante de Euro 176.942.089, o qual pode ser demonstrado como se segue:

	<i>Eur</i>		
	Ocidental Seguros	Médias	Total
Dividendo em espécie	80.000.000	30.000.000	110.000.000
Capital próprio	49.700.867	58.988.230	108.689.097
Goodwill	64.074.457	4.178.535	68.252.992
Impacto no Capital próprio	113.775.324	63.166.765	176.942.089

Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

À data de 31 de dezembro de 2013, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

Através de Investimento direto

País	2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	1.021.377.193	1.021.377.193	(2.967.083)	4,0%	5,1	L1
Ativos financeiros detidos ao justo valor	781.466.483	781.466.483	19.025.804	4,2%	6,2	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	485.000.743	571.416.509	-	4,1%	5,9	L3
Total	2.287.844.419	2.374.260.185	16.058.721	4,1%	5,7	

Indiretamente, através de produtos estruturados

País	2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros ao justo valor	131.439.341	131.439.341	5.752.392	4,6%	4,9	L2
Total	131.439.341	131.439.341	5.752.392	4,6%	4,9	

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que a Companhia não tem actualmente exposição a dívida soberana de países nestas condições.

Adicionalmente, como referido, de acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que à exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Grupo encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos  s IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações   IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Grupo ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.